

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**  
**Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**



**Rastros da invisibilidade:**

a arquitetura social e cidadã na construção do acolhimento à comunidade LGBTQIAPN+

Estevan de Bacco Bilheri

Pelotas, 2023

**Estevan de Bacco Bilheri**

**Rastros da invisibilidade:**

a arquitetura social e cidadã na construção do acolhimento à comunidade LGBTQIAPN+

Dissertação apresentada Exame de Defesa Final do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, com área de concentração em Arquitetura, Patrimônio e Sistemas Urbanos pelo Usuário, na linha de pesquisa Percepção e Avaliação do Ambiente pelo Usuário.

Orientador: Prof. Dr. Cristhian Moreira Brum  
Coorientador: Prof. Dr. Tarcísio Dorn de Oliveira

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas Catalogação na  
Publicação

B595r Bilheri, Estevan de Bacco

Rastros da invisibilidade : a arquitetura social e cidadã na construção do acolhimento à comunidade LGBTQIAPN+ / Estevan de Bacco Bilheri ; Cristhian Moreira Brum, orientador ; Tarcísio Dorn de Oliveira, coorientador. – Pelotas, 2023.

184 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. LGBTQIAPN+. 2. Vulnerabilidade social. 3. Percepção ambiental. 4. Cidadania. 5. Processos projetuais. I. Brum, Cristhian Moreira, orient. II. Oliveira, Tarcísio Dorn de, coorient. III. Título.

CDD : 720

Estevan de Bacco Bilheri

Rastros da invisibilidade: a arquitetura social e cidadã na construção do acolhimento à comunidade LGBTQIAPN+

Banca de dissertação como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da qualificação: 30 de maio de 2022.

Data da defesa: 25 de agosto de 2023.

**Banca examinadora:**

Prof. Dr. Cristhian Moreira Brum (Orientador)

Pós-Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Doutor em Educação nas Ciências, na área de concentração em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Tarcísio Dorn de Oliveira (Coorientador)

Pós-Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Atitus Educação. Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria.

Profa. Dra. Nirce Saffer Medvedovski

Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas pela Universidade de São Paulo. Mestra em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Profa. Dra. Louise Prado Afonso

Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Mestra em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas.

Prof. Dr. Sérgio Ricardo Lessa Ortiz

Doutor em Artes pela Universidade de São Paulo. Mestre em Artes pela Universidade de São Paulo.

## Resumo

A comunidade<sup>1</sup> LGBTQIAPN+ tem conquistado destaque impulsionado pelas lutas por direitos básicos. Entretanto, há um movimento antagônico à causa que descortinou a LGBTfobia enraizada na nossa sociedade. O preconceito ocasiona dificuldades na vida dessas pessoas, rompendo vínculos sociais importantes. Com essas rupturas o indivíduo pertencente ao acrônimo se encontra em situação de vulnerabilidade social sobrevivendo nas ruas da urbe. Entretanto, há centros de acolhimento para a comunidade com surgimento recente, sendo assim não foi estipulada ou pensada uma tipologia edilícia para estes locais. Neste sentido, a pesquisa questiona qual a percepção e comportamento da comunidade duplamente vulnerável sobre os usos e relações funcionais das casas de acolhimento. Desta forma o objetivo geral, compreender o comportamento e percepção de acolhimento de pessoas pertencentes ao acrônimo em situação de vulnerabilidade social.

Para a pesquisa, optou-se por uma abordagem multimétodos, utilizando entrevistas e análise de dados secundários. A análise de dados secundários foi realizada para coletar informações sobre as necessidades dos centros de acolhimento com o objetivo de propor uma nova tipologia edilícia. A entrevista foi direcionada para a comunidade LGBTQIAPN+, visando compreender as dinâmicas e relações com espaços públicos, assim como os processos de rupturas sociais.

A dissertação está finalizada, nas temáticas desenvolvidas se encontram discussões sobre as teorias de gênero, além das fundamentações teóricas sobre os centros de acolhimento para a comunidade do acrônimo. A pesquisa teve como finalidade propor um programa de necessidade base para os centros de acolhimento, bem como fazer sugestões de novas metodologias de pesquisas nestes espaços.

**Palavras chave:** LGBTQIAPN+; Vulnerabilidade social; Percepção ambiental; Cidadania; Processos Projetuais.

---

<sup>1</sup> Dentro do corpo textual são utilizados dois termos, o primeiro é comunidade e o segundo acrônimo ambos utilizados para referenciar a Comunidade LGBTQIAPN+.

## Abstract

The LGBTQIAPN+ Community has gained prominence driven the struggles for basic rights. However, there is a movement otagonto the cause that has disescorted LGBTphobia rooted in our Society. Prejudice causes difficulties in the lives of these people breaking importante social bonds. With theses ruptures the individual belonging to the acronym is in a situation of social vulnerability surviving in the streets of the city. However, there are reception centers for the Community, but it is no Building topology for these spaces. In this sense, the research questions the perception and behavior of the doubly vulnerable comunity on the functional uses ande relatiooships of acolhimento homes. Thus, the general objetctive, to understand the behavior and perception of welcoming people belonging to the acronym in a situation of social vulnerability.

For the desenvolvimento of research, the application of multimethods was chosen, composed of a focus grup, interview and wish poems in order to achive te goal. By applying the wish poem to the residentes of the centers to collect data on the needs and wishes expressed by them about the environmental with the intention of porposing a new typology. Similarly the focus group will be Applied to understand the trajectories of these people and the momentens of thei ruptures and the dynamics with the cities. And finally application of the interview focuses on the administrators and funders, in order to understand the dynamics of selection and the needs and desires that they have for the centers.

The research is found in the contente review phase on gender tehories, as well as theoretical foundations on environmental perception. With tihs research it is expected to propose a basic needs program for LGBTQIAPN+ Preception Centers, Building na environment that meets the needs and ensures the welcome and reintegration of this Community into Society.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Marcha da revolta de Stonewall In em Nova York.....	25
Figura 2: Logo comemorativo do Grupo Gay Bahia .....	26
Figura 3: Primeiro encontro brasileiros de homossexuais .....	27
Figura 4: Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ em São Paulo, 2006 .....	29
Figura 5: Guia para a retificação de registro civil de pessoas não – cisgêneros .....	30
Figura 6 - Marcha da visibilidade Lésbica - São Paulo, 2006.....	34
Figura 7: Bandeira do Orgulho LGBTQIAP+ .....	35
Figura 8: Representação bíblica da travessia do mar vermelho.....	36
Figura 9: Marielle Franco.....	39
Figura 10: Pessoas em situação de rua .....	44
Figura 11: Morador de rua não é lixo .....	47
Figura 12: Ataques contra pessoas em situação de rua.....	49
Figura 13: Desigualdade social a segregação da cidade .....	51
Figura 14: Cidade quebra cabeças .....	52
Figura 15: Processo de higienização dos viadutos em São Paulo .....	53
Figura 16: Invisibilidade de pessoas em situação de rua .....	54
Figura 17: Desigualdade social durante a pandemia .....	56
Figura 18: Abrigo nas cavernas.....	58
Figura 19 - Casa Nem .....	61
Figura 20: Campanha de marketing para arrecadação de fundos para a Casa1 .....	62
Figura 21: Levantamento de bases dados .....	63
Figura 22: “Casa 1” .....	66
Figura 23: Revista Chana com Chana.....	71
Figura 24: Primeira Parada LGBTQIAP+ em São Paulo – 1997 .....	72
Figura 25: Kaka di Polly na primeira Parada LGBTQIAP+ .....	73
Figura 26: Mapa de bares e baladas localizados na Rua Augusta.....	75
Figura 27: Mapa com pontos LGBTQfriendly .....	76
Figura 28: Protesto contra LGBfobia no Shopping Frei Caneca.....	77
Figura 29: Mapa rastreando os crimes por preconceito em São Paulo.....	78
Figura 30: Mapa comparativo entre a sensação de segurança e crimes cometidos contra a população LGBTQIAP+ .....	79
Figura 31: Suplica de uma pessoa em situação de rua.....	81

Figura 32: Acampamento em frente ao Museu de Artes de São Paulo.....	82
Figura 33: Instalação de blocos sob viadutos.....	83
Figura 34: Pontos de abordagens .....	84
Figura 35: Depoimento de uma pessoa em situação de rua .....	85
Figura 36: Imagem de Everton, registrada pelo SP Invisível.....	86
Figura 37: Dados censitários sobre gênero e sexualidade.....	88
Figura 38: Pessoas trans em situação situação rua .....	89
Figura 39: Desejo de uma pessoa em situação de rua .....	91
Figura 40: Impacto da campanha SP Invisível .....	93
Figura 41: Acontecimentos importantes para a “Casa 1” .....	95
Figura 42: Distribuição geográfica da “Casa 1” .....	96
Figura 43: Planta baixa pavimento térreo - “Casa 1” .....	97
Figura 44: Espaço destinado ao atendimento paliativo .....	98
Figura 45: Planta baixa segundo pavimento .....	99
Figura 46: Percurso caminhado da “Casa 1” até o Galpão “Casa 1”.....	101
Figura 47: Planta baixa Galpão “Casa 1” .....	102
Figura 48: Crianças brincando no Galpão “Casa 1” .....	103
Figura 49: Algumas ações realizadas no Galpão “Casa 1” .....	104
Figura 50: Localização da Clínica Social.....	105
Figura 51: Clínica Social “Casa 1” .....	106
Figura 52: Protetos a favor do Impitcham de Dilma .....	108
Figura 53: Percurso entre a Praça Dante Alighieri e o Centro de Cultura Dr. Henrique Ordavás Filho .....	109
Figura 54: 22º Parada Livre - Caxias do Sul .....	111
Figura 55: Marcha do Orgulho Trans – 2023.....	112
Figura 56: Parque do Macaquinhos .....	115
Figura 57: Pessoas em situação de rua na cidade de Caxias do Sul.....	118
Figura 58: Centro de Acolhimento Construindo Igualdade.....	119
Figura 59: Trajeto entre o primeiro espaço da “Casa Construindo Igualdade” até a Praça Dante Alighieri.....	120
Figura 60: Disposição dos mobiliários nos dormitórios.....	122
Figura 61:Percurso do Casa de Acolhimento até a Praça Dante Alighieri .....	123
Figura 62: Ambientes da “Casa Construindo Igualdade”.....	124
Figura 63: Pavimento térreo da “Casa Construindo Igualdade” .....	125

Figura 64: Obras da Casa de Acolhimento Construindo Igualdade.....	126
Figura 65: Edificações propostas para acolhimento na disciplina de Extensão Universidade e Sociedade.....	132
Figura 66: Sugestão de programa base para uma Casa de Acolhimento LGBTQIAP+ .....	140
Figura 67: Programa Base para o acolhimento .....	142
Figura 68: Esquema de dormitório compartilhado.....	143
Figura 69: Exemplo de mobiliário .....	144
Figura 70:Exposição Imersiva Vicent Van Gogh .....	146

## SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO .....	12
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA .....	16
1.2 JUSTIFICATIVA.....	17
1.3 MOTIVAÇÃO .....	17
1.4 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	19
1.5 OBJETIVOS .....	19
1.5.1 Objetivos Específicos.....	19
1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	20
1.7 PECULIARIDADES DA PESQUISA.....	21
CAPÍTULO 2 - MARCO TEÓRICO.....	22
2.1 SOMOS “QUEER”.....	22
1.2 A HISTÓRIA POR TRÁS DO ARCO-ÍRIS .....	23
1.2.1 A sopa de letrinhas .....	31
1.3 PRECONCEITO E INTOLERÂNCIA COMO FERRAMENTA DE EXCLUSÃO.....	35
1.3.1 Tempos sombrios .....	37
1.4 VULNERABILIDADE SOCIAL .....	40
1.5 CIDADES HOSTIL AOS INVISÍVEIS.....	49
1.5.1 As ruas e a pandemia .....	55
1.6 ALÉM DO ARCO-ÍRIS EXISTE UM LUGAR?.....	57
1.7 RELAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO DE PESQUISAS E OS CENTROS DE ACOLHIMENTO .....	63
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA.....	64
3.1 ESCOLHA DOS ESTUDOS DE CASO .....	65
3.2 APROVAÇÃO DA PESQUISA .....	66
3.3 MÉTODOS E TÉCNICAS .....	67
3.3.1 Análise de dados secundários .....	67
3.3.2 Entrevista Semiestruturada.....	68
3.3.3 Métodos para Análise de Dados .....	69
CAPÍTULO 4 - DISCUSSÕES E RESULTADOS .....	69
4.1 ESTUDO DE CASO 01 .....	70
4.1.1 LGBTQIAPN-SP? .....	70
4.1.2 Não existe amor em SP .....	80
4.1.3 Acolher?.....	92
4.1.4 “Casa 1” .....	94
4.2 ESTUDO DE CASO 2 .....	107
4.2.1 A cidade fria para a população do acrônimo?.....	107
4.2.2 A cidade fria de cultura Fria? .....	112
4.2.3 Casa de Acolhimento Construindo Igualdade .....	119
4.2.4 A pesquisa dentro do Arco Iris Acolhedor .....	127
4.2.5 Pesquisa Além do Arco-íris.....	129
CONCLUSÃO.....	132

5.1	RELEMBRANDO O PROBLEMA OS OBJETIVOS E O MÉTODOS DA PESQUISA.....	133
5.2	RESULTADOS DA PESQUISA .....	134
5.3	RECOMENDAÇÕES PARA PROJETAR UMA CASA DE ACOLHIMENTO.....	140
5.4	SUGESTÕES PARA PESQUISAS POSTERIORES .....	147
	REFERÊNCIAS.....	149
	APÊNDICES.....	160
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	160
	APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	163
	ANEXOS .....	184
	ANEXO A – FOLHA DE ROSTO – CEP .....	184
	ANEXO B – EMENTA DA DISCIPLINA DE EXTENSÃO, UNIVERSIDADE E SOCIEDADE .....	185

## Capítulo 1 – Introdução

O percurso de vida dos personagens de filmes de fantasia é marcado pelo antagonismo, lados definidos: o bem e o mal, desenvolvendo uma narrativa no qual o vilão sempre perde no final. Na realidade as narrativas são diferentes, os lados não são definidos ao nascer e sim moldados conforme as relações interpessoais e as linhas entre o bem e o mal são difusas, pois cada um carrega uma parte dos dois lados como o princípio chinês do “Yin Yang”. No princípio, a história narrada nesta pesquisa retrata vidas e vivências de uma comunidade que sofre pela opressão e preconceito de uma vilania criada pela hegemonia hereditária.

Esta hegemonia cria e reproduz padrões de gênero que impedem a diversidade, impondo que cada pessoa fique presa ao seu papel predestinado socialmente. Pois, o gênero é um constructo social e não algo definido pela biologia (BUTLER, 2021). Esta construção, regula a vida antes mesmo do nascimento como: a escolha do enxoval para o bebê definindo a cor pelo binário de gênero<sup>2</sup>, onde para o menino se utiliza o azul e para a menina o rosa. Reforçando esta cultura, uma tradição recente são os chás de revelação, organizados para revelar o suposto gênero da criança, o significado destas escolhas de cores e padrões se torna uma definição sobre o destino do recém-nascido o tornando um prisioneiro. Esta cultura não permite uma reflexão sobre as possíveis sexualidades e gênero.

A regulação é marcada pelo binário entre o masculino e o feminino, um conceito explorado por Butler (2021), acompanha o desenvolvimento humano, naturalizada, passando despercebido no cotidiano desde as brincadeiras, brinquedos e vestimentas. O traço desta separação marcante são os grupos infantis<sup>3</sup>, quando as crianças desenvolvem a capacidade de se relacionar, criar vínculos de amizade, notória a divisão por gênero incentivadas pelas brincadeiras e formas de agir. Quando a linha imaginária é cruzada, a cultura do preconceito se faz presente.

Na vida adulta, as regras impostas são mais rígidas e implícitas no cotidiano, separando homens e mulheres. A base desta relação segue preceitos antigos

---

<sup>2</sup> Conceito explorado por Butler em Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade, aonde cita que o binário de gênero consiste entre o masculino e o feminino, ou, entre ser o falo e a ausência dele.

<sup>3</sup> São consideradas crianças, pelo Ministério da Saúde a faixa etária até 12 anos, dos 12 até 18 anos se encontram na adolescência

concebendo papéis pré-destinados para cada pessoa, colocando o homem, ou, o falo como sujeito detentor da ação e do poder e a mulher e divergentes como o outro, a figura sem poder (BUTLER, 2021). Esta regulação, cria uma rígida vigilância, pois qualquer indivíduo que transpasse o binário ou questione a regulação de poder coloca um alvo em suas costas.

Neste sentido, o ser falo cria padrões de constante vigília sobre a sua sexualidade para se encaixar no papel inquestionável que a ele foi destinado ao nascer, assim acontece a repetição de dogmas de gênero. Estes padrões e vigias são ensinados e perpetuados através das gerações. Esta regulação afeta de diferentes formas as ações e expressões sociais. Pois, ao indivíduo são impostas caixas que os enquadrem na regulação social, criando sujeitos com a personalidade apagada, oculta e restrita.

O ocultamento não afeta apenas o falo, mas principalmente os dissidentes, criando uma série de problemas psicológicos como a personalidade dividida mais comum nas gerações anteriores. Mas que ainda aflige muitos jovens e este conflito entre esconder e revelar cria uma vida dupla ou como Goffman (1988) cita se cria uma identidade virtual, em uma tentativa desesperada de ser incluído e respeitado na sociedade.

No livro *Muito Além do Arco-Íris*<sup>4</sup>(2013), que retrata casos de atendimentos psicológicos com enfoque em pessoas do acrônimo, uma das histórias retratadas é de um homem gay que escondeu sua sexualidade por 30 anos, constituindo uma família “padrão”, entretanto acabou se envolvendo com outro rapaz. Nesta reviravolta marcante acabou buscando o atendimento psicológico, pois não conseguia assumir seu relacionamento para os filhos pelo pensamento constante de rejeição (BORGES,2013). O medo da rejeição aflige as pessoas do acrônimo porque constantes são os casos de alienação familiar, exclusão do grupo de amigos e até no meio social.

Em consequência desta aflição pela repulsa, o próprio indivíduo começa um processo de negação e renegação da sua sexualidade, convivendo constantemente

---

<sup>4</sup> O livro narra a trajetória de pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ que estão em atendimento psicológico com alvo neste público, o principal enfoque do autor é mostrar como os traumas causados por uma sociedade quebrada afetam de forma brusca e negativa na vida social, amorosa e até na personalidade das pessoas do acrônimo. Além de mostrar como a terapia com enfoque em casos LGBTQIA+ otimiza a vida destas pessoas.

com sentimento de culpa e vergonha. As mulheres do acrônimo sofrem ainda mais com esses estigmas, pois a elas é incumbido os dogmas dos fetiches. Neste sentido, se cria a homofobia internalizada (BORGES, 2013) impedindo a pessoa de viver em sociedade plenamente.

Com a LGBTfobia internalizada, o indivíduo cria uma constante vigia para se enquadrar padrões sociais, repetindo modos de se portar e agir em público, criando uma passabilidade<sup>5</sup> social. Agora é quando ouvimos aquelas frases típicas: tal pessoa nem parecia gay, ela é feminina para ser lésbica, só vejo ele namorando meninas como pode ser bissexual, expressão tipicamente utilizada nos encontros cotidianos.

Aos que rompem essas caixas reguladoras e expressão sua personalidade plenamente, se tornam sujeitos de sua personalidade, mas ainda sofrem com lutas internas. Além das lutas externas e sociais contra aqueles vilões, vigias das fronteiras delimitadas do gênero que buscam enquadrar toda nossa vivência nas caixas binárias. Este entrave é constante, pois sobre aquele que detém a coragem de romper as fronteiras é colocado um alvo, se cria um “bode expiatório” recaindo toda a culpa por um suposto erro. Além da culpa a eles é imposto uma guerra física, ao ser ampliada a LGBTfobia nas manifestações físicas e sociais, segundo Grupo Gay Bahia (2021) cerca de 300 pessoas foram assassinadas em 2021, os dados são extra oficiais e coletados por notícias em jornais. Estima-se que este número seja ainda maior.

Além das agressões físicas, fica imposto as rupturas sociais como se aquela pessoa não pertencesse à vida social por destoar dos padrões. Esta marca acompanha a trajetória de vida da pessoa desde muito cedo, ao apresentar na infância características taxadas com homossexuais no ambiente familiar a criança pode sofrer com a repreensão dos atos repetitivamente, criando uma rotina de repreensão e castigo, até reprimir tais características ou a fissão dos vínculos familiares. A maior ocorrência destes atos é em famílias conservadoras que prezam por valores ultrapassados e sem coerência para serem utilizados nos tempos atuais. Entretanto, há famílias que exploram uma perspectiva diferente da conservadora, compreendendo e respeitando as características dos filhos, graças a difusão da temática de gênero e sexualidade. Tal ato cria um ambiente familiar acolhedor.

---

<sup>5</sup> Quando uma pessoa LGBTQIAPN+ performa ou tem características mais próximas aos padrões socialmente impostos.

Infelizmente para os desafortunados, que nascem em uma família conservadora, há uma série de imposições ou consequências, sendo uma delas a expulsão de casa.

Nesta perspectiva, o jovem sem lar recorre aos amigos, uma rede de apoio se qualifica como uma família, ou, a outros familiares para conseguir um abrigo. Entretanto, quando não há esta rede de apoio, o jovem acaba sucumbindo as ruas como “moradia”, um lugar inóspito para seus residentes, ainda mais com a produção das cidades hostis. Com este pensamento, as perspectivas de vida desta pessoa são reduzidas, pois além da família ser hostil, a sociedade também assume este papel de carrasco.

Em outros aspectos que a ruptura se torna presente é na escola, o sistema de ensino como conhecemos ainda reproduz preceitos antigos, evoluímos em alguns aspectos na educação e combate ao preconceito (“*bullying*”). Porém, ainda há falhas, brechas e lacunas que permitem a reprodução da LGBTfobia, assim como outros preconceitos que afligem as minorias. Os relatos de preconceito nas escolas pelas questões de gênero e sexualidade são recorrentes, as agressões são verbais e físicas, fazendo o destoante sucumbir, a propensão das doenças mentais e além de desistência da escola.

As inúmeras maneiras e expressões de preconceito que rompem com os vínculos sociais dos pertencentes ao acrônimo, acarretando situação de rua e vulnerabilidade social. Neste sentido, a pessoa sem vínculos, laços de pertencimento encontra a pior face da sociedade, a invisibilidade, ao passar a ser uma ausência sem o menor valor. Em consequência disto vem a marginalização dessas pessoas, vistas como perigosas ou com alguma doença contagiosa, na própria comunidade que está na mesma situação. A vida nas ruas para os destoantes é uma vivência intensificada de sofrimento pelas marcas sociais do preconceito.

Felizmente para essas pessoas ainda há um olhar acolhedor, projetos sociais a luz que restaura esta sociedade quebrada, tais projetos visam ofertar muito mais que moradia, mas um lar acolhedor. Os centros de acolhimento para pessoas do acrônimo LGBTQIAP+ ainda são projetos sociais novos no Brasil, sendo o pioneiro a “Casa 1”, fundada em 2016. Mesmo com a baixa difusão, estes centros apoiam muitas pessoas da comunidade, fornecendo acolhimento e uma reintegração a vida social.

## 1.1 Delimitação do tema

O tema tem maior difusão nos países americanos, com destaque para os Estados Unidos da América, onde há centros de acolhimentos com projetos integrados e mais estabelecidos e casas de passagens para jovens LGBTQIAP+ em situação de vulnerabilidade (MACCIO, FERGUSON, 2016). Além de outros programas de acolhimento e reintegração social. O acolhimento aos vulneráveis é um ato cidadão e pensar na sua relação com a Arquitetura e Urbanismo se torna um assunto pertinente.

Com este pensamento de acolhimento, adentra-se na relação entre os centros de acolhimento LGBTQIAPN+ com a Arquitetura e Urbanismo, sendo assim urge a Arquitetura do Acolhimento e Urbanismo do Acolhimento, termos explorados por Fuão (2014) em As formas do acolhimento na arquitetura, onde ele cita:

O acolhimento pode se dar na arquitetura de muitas maneiras, há um sentido de acolhimento em tudo no mundo, que passa por tudo que se possa pensar. Penso que o primeiro acolhimento é acolher a ideia do próprio acolhimento, incluir o outro, pensar a partir do outro para que se possa reestabelecer uma ética da arquitetura; abrir espaço, dar passagem a chegada do outro [...] (FUÃO, 2014, [s.p]).

O acolher volta o olhar para o próximo, assim como os centros de acolhimento voltam seu olhar ao próximo concebendo subsídio para a mudança de “status” de vida. Neste sentido, os projetos arquitetônicos, tem que voltar sua visão para o seu usuário criando um lar e este tem de fornecer proteção e portar um significado, pois pertencer a um lugar é ter uma fundação de apoio existencial. Além da relação intrínseca entre a formação da identidade humana e a identidade do lugar (SCHULZ, 2006).

Nesta construção, com o olhar voltado para o outro, adentra-se na percepção do ambiente pelo usuário, onde o enfoque é o como o usuário percebe e se relaciona nos ambientes de convívio. Além disso, para entender esta percepção dos ambientes se utiliza de métodos da Avaliação Pós-Ocupação (APO), produzindo diagnósticos contabilizando fatores positivos e negativos acerca do ambiente construído a partir da visão do usuário (ROMERO, ORNSTEIN, 2003).

A participação do usuário na construção de um ambiente acolhedor é fundamental para o desenvolvimento de uma arquitetura emancipadora cura Plasma (2011), onde a arquitetura detém o papel a cura e emancipação para os seus usuários.

Sendo este os objetivos dos centros de acolhimento para a comunidade LGBTQIAPN+, curar as feridas causadas pela sociedade, além de propiciar a emancipação dos seus moradores.

## **1.2 Justificativa**

Esta pesquisa se justifica pela lacuna nesta área do conhecimento acadêmico relacionado aos temas de diversidade de gênero dentro dos programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, ao ser um assunto relativamente novo no meio acadêmico, que tem ganhado visibilidade nos últimos anos, principalmente nas áreas das ciências humanas. Portanto, a pesquisa visa relacionar o tema centro de acolhimento para pessoas LGBTQIAPN+ com a Arquitetura, criando esta conexão através do objetivo de pensar nas maneiras de implantar centros de acolhimentos nas cidades.

O trabalho contribui para os aspectos sociais, ao abordar uma comunidade que sofre pelo processo de invisibilidade social, deste modo a pesquisa cogita dar visibilidade a essa população, buscando entender os processos de rupturas sociais, as relações com a cidade e a percepção dessas pessoas sobre os centros de acolhimento específicos para eles, a fim de compreender as relações de vínculo de pertencimento e afetivos.

Portanto, a necessidade desta pesquisa está ligada à importância da compreensão de como os centros de acolhimento LGBTQIAPN+, a percepção dos moradores a fim de entender como eles se apropriam do ambiente e qual a percepção dessas pessoas fragilizadas sobre o mesmo. Neste sentido, o trabalho planeja contribuir com a área da Arquitetura e Urbanismo.

## **1.3 Motivação**

A motivação para essa pesquisa parte do olhar para uma comunidade que faço parte, a LGBTQIAPN+ que sofre pela constante invisibilidade e preconceito. Me recordo da infância logo ao ingressar na escola, sempre fui um menino fora dos

padrões, franzino, tímido e quieto, tais características me isolaram socialmente. Mas, a característica que sobressaiu aos olhos das crianças com a visão contaminada da sociedade foi o fato de eu gostar de brincar de boneca, casinha e sempre procurar amizade com as meninas, infelizmente na sociedade contaminada fui julgado como destoante, anormal e taxado como a “bicha” da turma.

Desde modo presenciei o pior lado da sociedade, desde muito jovem, esse preconceito me acompanhou durante a trajetória escolar, inúmeras foram as “brincadeiras” de cunho agressivo, os apelidos e talvez o acontecimento que mais marcou minha vida escolar, a agressão física, um ato de covardia que desencadeou diversos traumas. Todo esse preconceito sofrido, advindo do julgamento que eu era um corpo desviante da normalidade imposta, minha sexualidade foi exposta e decidida, mesmo antes de eu a explorar.

Parafraseando Judith Butler, quando me descobri gay, isto definiu minha vida, mesmo que antes desta descoberta a sociedade já havia definido em uma caixa de gênero e eu já havia sofrido as brutais consequências desta definição. O momento da revelação e entendimento foi um sentimento libertador, pois havia me enquadrado no mundo, encontrado meu lugar, minha comunidade, mas agora questiono esses padrões e caixa onde somos colocados e porque desta construção social de gênero ainda perpétua.

Entretanto, mesmo revelando minha sexualidade e conseguindo criar forças para enfrentar o preconceito que antes me fazia sucumbir. Inevitável foram as marcas dos traumas criados durante a minha trajetória na escola. Tais cicatrizes afetam a maneira como contemplo o mundo à minha volta, com um olhar contaminado pelo ódio e preconceito que foram em mim impregnados. Nessa perspectiva há dificuldade de criar vínculos afetivos e pertencimento, a autossabotagem domina o meu ser, a confiança a muito me abandonou, o mundo se torna um local cinza com algumas cores borradas.

[...] Esperar o amor, mas andar com medo  
Eu mereço muito, muito mais  
Espero ter sorte, não morrer tão cedo  
Eu sei que mereço andar em paz [...] (URIAS, 2019).  
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=1Wg7Za1Uwy4>

Os borrões coloridos que me cercam são os lampejos da minha rede de apoio, amigos e familiares que me apoiam e protegem deste mundo tortuoso. Tais

nuances de cores são irreais para muitos da minha comunidade perdida nesse mundo cinza, neste sentido desperta o meu olhar sobre a nossa comunidade visando colorir o mundo destas pessoas. Fazendo jus ao símbolo da nossa bandeira com as cores do arco-íris.

Eu sou filho do arco-íris  
Eu tenho outra íris  
Eu tenho outro olhar  
E se o céu azul  
Nós trazemos o arco-íris  
É pra que a Terra inteira possa admirar [...] (GIL, et.al,2017).  
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=K7CzgQtsPz4>

#### **1.4 Delimitação do problema de pesquisa**

Desta maneira, se entende que o questionamento estruturante para esta pesquisa: quais as dificuldades para a implantação destes locais nas cidades e quais os usos e relações funcionais importantes para os centros de acolhimento?

#### **1.5 Objetivos**

Compreender a percepção de acolhimento das pessoas pertencentes ao acrônimo LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social de tal modo que auxilie na construção de uma nova leitura de usos arquitetônicos em espaços, capazes de proporcionar acolhimento e dignidade cidadã.

##### **1.5.1 Objetivos Específicos**

1. Pesquisar sobre a diversidade de gênero e sexualidade da comunidade LGBTQIAPN+;
2. Compreender os processos de ruptura dos vínculos sociais e as relações destes corpos dissidentes com a cidade;
3. Estimar a percepção espacial e de usos dos idealizadores dos centros de acolhimento;

4. Compreender as relações de outras pesquisas, bem como qual foi a forma de retorno para estes espaços;
5. Propor uma nova tipologia edilícia e programa de necessidades para novos centros de acolhimento.

## **1.6 Estrutura da dissertação**

Essa dissertação está distribuída em cinco capítulos:

Capítulo 1: esse capítulo introduz o leitor, aos anseios e desejos desenvolvidos nesta dissertação, percorrendo um trajeto sobre os vilões sociais e a comunidade LGBTQIAPN+, até as privações básicas dos seus direitos. Neste capítulo também se encontram o problema de pesquisa, bem como o objetivo geral e os específicos.

Capítulo 2: neste capítulo é tratado o marco teórico, para empregar um embasamento por uma revisão bibliográfica, associado aos objetivos e problemas da pesquisa. Em um primeiro momento é contextualizada a comunidade LGBTQIAPN+, no segundo os processos de rupturas sociais, após as relações com a cidade e por fim os centros de acolhimento.

Capítulo 3: é abordada a metodologia utilizada para esta dissertação, bem como os métodos de coleta e análise dos dados. O capítulo também apresenta o recorte dos estudos de caso que fornecem os dados para a pesquisa.

Capítulo 4: Neste capítulo é abordado as discussões e resultados dos dados coletados a fim de responder à pergunta da pesquisa, bem como alcançar os objetivos enunciados no Capítulo 1 desta dissertação.

Capítulo 5: O capítulo é composto pelos resultados da pesquisa, bem como é feita a proposta de um programa base para os centros de acolhimento LGBTQIAPN+. Além disso, é feita recomendações para pesquisas futuras na temática da dissertação.

## **1.7 Peculiaridades da pesquisa**

Por conter características específicas, foram observados aspectos éticos-legais relacionado a pesquisa com participação de seres humanos. Sendo assim, a pesquisa precisou ser previamente aprovada pela Plataforma Brasil, Comitê e Ética em Pesquisa em Seres Humanos e comitê de pesquisa da instituição de pesquisa UFPel (Anexo A).

O parecer positivo do CEP da UFPel (56971422.5.0000.5317) foi autorizado a aplicação da pesquisa. Durante a coleta de dados, foi utilizado o Termo Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), conforme a Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1966. Após a coleta de dados foram transcritas as entrevistas realizadas (Apêndice B).

## Capítulo 2 - Marco teórico

Neste capítulo são abordados autores e referências que discutam sobre as temáticas de gênero, vulnerabilidade, relações de gênero e cidade, percepção ambiental e sobre centros de acolhimento para a comunidade do acrônimo. Fornecendo assim um embasamento para o desenvolvimento da dissertação, o capítulo está dividido em 7 tópicos, abordando as temáticas a cima descritas.

### 2.1 Somos “Queer”

Os conceitos de gênero e suas imposições vigentes no século XXI, estão passando por um processo de questionamento acentuado, esta contraposição começou no século XX com os pensamentos pós-estruturalista. Destaca-se no campo de estudos em gênero a filósofa Judith Butler, com a sua hipótese sobre o gênero ser uma construção cultural, não sendo ele o resultado do sexo e conseqüentemente fluido (BUTLER, 2021). Em contraponto a fluidez do gênero, a sociedade por meio artimanhas culturais implantou uma regulação binária como forma reguladora.

Este sistema regulador data dos primórdios da sociedade, se perpetuando via estratégias normativas. Estas normas de gênero são imagens, valores e recursos impregnadas no cotidiano, mantidos através das gerações por uma re — atualização desses valores sociais. A normas culturais acompanham e delimitam a trajetória do indivíduo ao longo de sua existência, deixando uma marca, uma cicatriz em sua identidade, sendo uma forma de violência (GALLUPO,2019).

Violência que transpassa a linha tênue entre o autor e a vítima, causando feridas em ambas as partes. Pois, o indivíduo que se encaixa ou se identifica com o binário de gênero cria uma constante vigia sobre seu comportamento social (GALLUPO,2019), em uma tentativa falha de se encaixar em uma cultura na busca constante de permanecer na vida social. Para os destoantes, ou, “Queer” que rompem as fronteiras culturais do binarismo sofrem pelo processo de supressão de sua identidade, gênero e sexualidade por ferramentas sociais reguladoras, portanto as cicatrizes são continuamente reabertas causando novas dores. Para Buttler (2021) a

regulação binária suprime a multiplicidade de gênero e sexualidade, perpetuando a uma hegemonia cis gênero e heterossexual.

Mas o que é ser Queer? A palavra em sua livre tradução significa estranho, esquisito e egocêntrico. Foi utilizada como uma forma de agressão, bullying para nomear as pessoas que destoavam do binário, para Butler (2002, p.2) “a palavra adquire todo o seu poder precisamente mediante repetidas invocações [...]. Trata — se de uma invocação pela qual se estabeleceu um elo entre comunidades homofóbicas”.

Em uma busca por ressignificar a palavra, os autores da Teoria Queer transformam uma forma de verbalizar o preconceito em uma militância e problematização sobre a cultura falocêntrica. A Teoria Queer é o estudo e questionamento sobre o gênero, pensando na sua multiplicidade para além do binário, portanto estuda as pessoas que destoam dos padrões culturais de gênero.

O movimento volta sua crítica à heteronormatividade que regula a própria comunidade, aonde os destoantes (LGBTQIAPN+) “normalizados” são aceitos, enquanto pessoas que exercem sua identidade destoante acentuando suas características “anormais” são negadas pela sociedade e pela própria comunidade (MISKOLCI,2020). Portanto, a teoria faz uma autocrítica aos pensamentos hétero-cis normativos implantados como bodes expiatórios na comunidade, fazendo com que os ataques ao Queer não sejam apenas externos, mas também internos, criando fissuras que enfraquecem o próprio movimento.

No próximo capítulo é contada a história desta comunidade, que apesar de sofrer com as fissuras implantadas pelo heterocentrismo. Ainda resiste, existe e se torna visível, tanto como coletivo ou individualmente, pois ser LGBTQIAPN+ é resistência contra a sociedade marcada pela normalidade anormal.

## **1.2 A história por trás do arco-íris**

A história narrada por vezes esquece de mencionar fatores como sexualidade, raça e etnia, sendo assim a história da comunidade LGBTQIAPN+ é contada por fragmentos, sobre um olhar amplo. Em um contexto narrado pela hétero

normatividade, aonde o Queer, “o estranho”, o destoante fica em segundo plano na narrativa, assumindo o papel de coadjuvante.

Infelizmente a visibilidade para os debates LGBTQIAPN+ vieram em forma de revolta, protesto e infelizmente marcado por sangue. Os acontecimentos do dia 28 de junho de 1969, na cidade de Nova York e no bar Stonewall Inn, modificaram a história da comunidade, grande parte do que conhecemos como movimento atual é fruto daquele dia e daquele lugar.

Fundado em 1967, no bairro boêmio “Green Village”, logo foi considerado um templo pela comunidade. O local funcionava sob a fachada de “*bottle club*”, ou seja, um clube privado, administrado pela máfia, que mediante suborno evitava as batidas policiais frequentes na época. Entretanto, no dia 28 de junho de 1969, quebrando os acordos, a polícia executou a vistoria fora dos horários combinado, tentando fechar o estabelecimento, sob a alegação de irregularidade na licença para vender bebidas alcoólicas (APOLINÁRIO, et al. 2019, p. 101).

O estabelecimento foi invadido bruscamente, os policiais prenderam frequentadores do ambiente, em específico os que não cumpriam a regra por eles imposta de estar vestindo no mínimo três vestimentas conforme o seu gênero. Tal ato grotesco motivou a revolta dos demais frequentadores que ocupavam a área externa do estabelecimento. O estopim que ocasionou em um enfrentamento entre as pessoas e os policiais, foi quando uma mulher lésbica foi agredida por um policial. Os manifestantes que estavam do lado externo do bar, prenderam no interior do estabelecimento a força policial que estava vistoriando o espaço, a partir deste ponto o confronto se tornou físico, pois os manifestantes arremessaram pedras e coquetéis molotov em direção às vidraças do bar. A revolta foi contida por reforço policial, mas infelizmente a violência contra as pessoas LGBTQIAPN+ foi distribuída grotescamente (APOLINÁRIO, et al. 2019).

Mesmo com o fechamento do estabelecimento e a contenção daquela revolta, o fato impulsionou uma revolta ainda maior, equalizando as dores que acompanhavam a comunidade por um longo tempo. Uma marcha foi criada que clamava por “*Gay Power*”<sup>6</sup> e “*Equality for homosexuals*”<sup>7</sup> (figura 1). O movimento não parou apenas em

---

<sup>6</sup> Poder gay

<sup>7</sup> Equidade para homossexuais

Nova York, se expandiu em um efeito dominó, pois a marcha foi realizada em diversos outros estados dos EUA.



Figura 1: Marcha da revolta de Stonewall In em Nova York

Fonte: site Hypesess. Disponível em: <https://www.hypesess.com.br/2018/06/como-as-revoltas-de-stonewall-na-ny-de-1969-empoderou-o-ativismo-lgbt-para-sempre/>

Mas o evento do dia 28 de junho, não se conteve apenas ao hemisfério norte do globo, embora que sucintamente houve reflexos no Brasil que naquela época enfrentava o período de trevas, com a ditadura militar de 1964. Infelizmente houve a censura dos movimentos sociais e midiáticos, impedindo assim as marchas por equidade e direitos LGBTQIAPN+.

O primeiro passo para a confecção da mídia LGBTQIAP+ aconteceu nove anos após a revolta de “*Stonewall*”, com o primeiro jornal direcionado para o público GLS, o *Lampião da Esquina* locado na cidade do Rio de Janeiro. A premissa do jornal era tratar de assuntos homossexuais, em sua primeira edição a matéria principal era a explicação das suas premissas (TREVISAN, et.al, 1978):

[...] *Lampião* reivindica em nome dessa minoria é não apenas **se assumir e ser aceito** — o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em base machistas lhes negaram: o fato de os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização enquanto tal. (TREVISAN, et.al, 1978, p. 2).

No mesmo ano, que foi lançado o *Lampião*, na cidade de São Paulo foi criado a primeira entidade de defesa homossexual, o grupo *Somos*. Responsável por desencadear o desenvolvimento de 300 grupos em prol da comunidade pelo país,

alguns perduraram por um curto período. Cabe ressaltar o Grupo Gay Bahia (figura 2), fundado em 1980, seu objetivo inicial era defender os interesses da população homossexual, além de divulgar dados corretos sobre gênero e sexualidade (GRUPO GAY BAHIA, [s.d]).



Figura 2: Logo comemorativo do Grupo Gay Bahia

Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=195531303136058&set=a.195531293136059>

Com a explosão benéfica dos movimentos pró direitos LGBTQIAPN+, em 1980 acontece na cidade de São Paulo o primeiro encontro brasileiro de LGBTQIAPN+ (figura 3), contando com a participação de representantes de oito das organizações existentes (FACCHINI, 2003, p. 105). Com este movimento impulsionou no Brasil a busca por direitos iguais para a comunidade, além de visibilidade para as violências contra pessoas da comunidade.



Figura 3: Primeiro encontro brasileiros de homossexuais  
Fonte: <https://tab.uol.com.br/edicao/lgbt/#page5>

A comunidade estava se fortalecendo, ganhando espaço para discutir assuntos LGBTQIAPN+, entretanto com o surgimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida <sup>8</sup>(AIDS), a luta passou a ser pela vida e pelo respeito, pois os ataques LGBTfóbicos amplificaram com a chegada da pandemia.

Os primeiros casos de AIDS aconteceram em 1981 nos Estados Unidos, infelizmente os primeiros grupos de pacientes eram homossexuais. Com a falta de informação sobre a sua origem e tendência instalada na sociedade de colocar a culpa no oprimido, a imprensa explorou o viés preconceituoso e associou a doença com a homossexualidade. Tal afirmativa desencadeou uma onda de preconceito, colocando a figura do destoaante como doente e nomeando a doença como “peste gay”, “câncer gay” e “peste rosa” (ZANATTA, 1997, p. 211 – 212).

As primeiras notícias sobre o vírus vieram através do Grupo Outra Coisa, que distribuiu folders alertando sobre a “Peste Gay” (MOTT, 2005). A pandemia teve seu ápice no mesmo ano, assolando a vida das pessoas, principalmente os mais vulneráveis ou o grupo de risco composto por: homossexuais, prostitutas, travestis e usuários de drogas.

Infelizmente, com o avanço da disseminação do vírus, além do aumento das fatalidades, ocasionou o retrocesso nos movimentos pró LGBTQIAPN+. Muitos

---

<sup>8</sup> Diferença entre Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), o HIV é um vírus que ataca as células do sistema imunológico que são responsáveis pela defesa do organismo. A AIDS é a doença causada pelo HIV, ela ataca as células do sistema imunológico, causando diversos sintomas, em estágios mais avançados à doença podem levar à morte.

grupos de desfizeram e os poucos que permaneceram se aproximaram de instituições federais para combater a pandemia (ZANATTA, 1997). Em 1988, através do Ministério da Saúde foi criada a Comissão Nacional da AIDS, a comissão contava com a participação de um representante LGBTQIAPN+, um homem gay (MOTT, 2005).

Perpassado o auge da pandemia, os grupos remanescentes como o Triângulo Rosa e Grupo Gay Bahia prosseguiram na luta por direitos. Propondo a inclusão de projetos de Leis contra a homofobia na Constituição Federal de 1988, entretanto os projetos foram indeferidos (MOTT, 2005)., deixando impune as inúmeras formas de violência contra a comunidade.

Em 1995 foi fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), ela passou a englobar como colabores diversos grupos anteriores a sua fundação, se tornando importante para o movimento. Em 1997 há um marco para pessoas transgêneros, o Conselho Federal de Medicina aprova a operação de resignação de gênero (MOTT, 2005).

Entretanto, mesmo com os avanços nas diversas áreas da sociedade, o preconceito ainda era vigente, pois a sociedade ainda carregava a marca do falocentrismo. O corpo LGBTQIAPN+ é visto e tratado como abjeto, para Butler:

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo de “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja subscrito (BUTLER, 2021 p. 112).

Neste mesmo ano, 1997, para protestar pela falta de direitos e inclusão no mercado de trabalho, a comunidade LGBTQIAPN+ paulistana, se organizou para realizar a primeira Parada do Orgulho “Gay” (figura 4). Com o lema “Somos muitos e estamos em várias profissões” (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2019), visando a visibilidade gay nas empresas. Pois, o mercado de trabalho ainda é um lugar de predominância masculina e heterossexual.



Figura 4: Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ em São Paulo, 2006

Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/parada-lgbt-de-sp-no-guinness-book> (edição autor)

Com a repercussão que o movimento estava causando na sociedade, em 1999 o Conselho Federal de Psicologia aprovou uma resolução que proibia a “cura gay” (MOTT, 2005), este feito impediu que pessoas LGBTQIAPN+ sofressem pelo processo de tortura disfarçada de “cura”, aplicados por pseudo psicólogos. No ano de 2000 o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) concedeu o benefício previdenciário de pensão aos parceiros de homossexuais que falecessem ou se encontravam no sistema prisional (MOTT, 2005).

No ano de 2003<sup>9</sup>, A Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de São Paulo reuniu mais de 1 milhão<sup>10</sup> de pessoas perpetuando sua continuidade na programação LGBTQIAP+ paulistana (MOTT, 2005). A parada além de ser um marco comunitário é benéfico para a cidade, com o aumento do turismo, assim movimentando o comércio local. Mas o ano também marcou e trouxe visibilidade para outra sigla do acrônimo, com a instituição do dia 29 de agosto como o Dia da Visibilidade Lésbica (MOTT, 2005).

---

<sup>9</sup> No ano de 2002 cabe ressaltar o surgimento da Articulação Nacional de Travestis e Transgêneros (ANTRA).

<sup>10</sup> No ano de 2006 a Parada do Orgulho LGBTQIAP+ entrou para o Guinness Book, com a participação de cerca de 3 milhões de pessoas.

Avançando no tempo e nos debates e pautas comunitárias, em 2006 o Conselho Nacional de Justiça reconhece a união estável homoafetiva, garantido plenos direitos ao casal de adotar o sobrenome civil, bem como acesso a pensões e heranças. Com esse direito garantido, permitiu que o cônjuge tenha o acesso ao hospital caso ocorra alguma fatalidade com a pessoa que ama. O Web Jornal G1, realizou uma reportagem com o primeiro casal homoafetivo a realizar a cerimônia no Brasil, na entrevista foi dado o seguinte depoimento:

O Sérgio e eu estamos muito felizes. Nós tivemos a alegria de ser o primeiro casal a conseguir, mas o nosso casamento foi fruto da luta de muitos militantes nos últimos anos. Nós estamos acompanhando as sentenças e regulamentações em várias cidades e estados. Somando as decisões, mais da metade do país já autoriza o casamento gay, e era questão de tempo que chegássemos nesse momento que em todo o Brasil seria obrigatório autorizar o casamento (RODRIGUES, 2013).

Enquanto os direitos homoafetivos avançavam de maneira rápida, houve o apagamento de outras vidas pertencentes a sigla. Apenas 10 anos após o direito a união estável, em 2016 entrou em pauta a discussão sobre o direito a retificação do nome para pessoas Transgênero e Travestis. Neste ano foi aprovado o uso do nome social nas documentações, com uma burocracia simples, sem a necessidade de um advogado. Sendo assim, várias ONGs auxiliaram para o processo de retificação do nome, cabe ressaltar a “Casa 1” que mediante ações comunitárias auxilia pessoas trans e travestis a utilizarem o nome social ou a retificarem seu nome e documentos (figura 5).



Figura 5: Guia para a retificação de registro civil de pessoas não – cisgêneros  
Fonte: <https://www.casaum.org/como-fazer-retificacao-de-nome-e-genero/>

Apenas no ano de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou a homofobia com o crime de racismo, nota — se a demora de 31 anos desde o primeiro pedido para incluir a homofobia como crime nas Leis Constitucionais, com este atraso vidas LGBTQIAP+ foram ceifadas e criminosos ficaram impunes. Porém, mesmo com as Leis instauradas, não traz a garantia da segurança, ao haver o déficit de fiscalização de crimes contra o acrônimo, não havendo em âmbito nacional um programa contabilize as mortes por LGBTfobia, apenas o Grupo Gay Bahia faz esta contabilização com base em reportagens e denúncias. Infelizmente ser LGBTQIAPN+ ainda é conviver com o medo cotidiano.

[...] Me vesti, saí e comecei a me explicar. Disse que fui ao banheiro masculino porque sou homem e mostrei minha identidade social”, afirma Gabriel. “Não adiantou. O segurança me deu um tapa na nuca, disse que eu não tinha pinto e que o documento não servia para nada (UNIVERSA, 2019).

Ouvi dos meus vizinhos da vila onde eu morava com meu marido que o local não era lugar de gay. Fomos espancados por cerca de 20 pessoas durante uma festa. Não fomos mortos porque algumas senhoras que estavam no local impediram o pior, pedindo para eles pararem (FERNANDES, 2019).

### 1.2.1 A sopa de letrinhas

Os crimes contra o acrônimo LGBTQIAPN+, assolam mais algumas comunidades que outras, como se cada letra da sigla estivesse em um nível sob o preconceito, como no filme “O Poço”. Mas não há um modo de classificação exato, ao haver uma intersecção entre características consideradas destoantes que intensificam fatores de visibilidade perante ao preconceito, para essa sobreposição de características, se utiliza o termo interseccionalidade.

O conceito teve seu marco simbólico com as contribuições do manifesto feminista do grupo “Combahee River”, composto por feministas negras e lésbicas. Sua base se situava na cidade de Boston (EUA) e defendia articulações contra a opressão, desigualdades baseadas em gênero, sexualidade, raça e etnia (HENNING, 2015). Mas apenas em 1989 o termo ganhou visibilidade e difusão pelos pensamentos da teórica feminista Kimberlé Crenshaw (HENNING, 2015).

Deste modo, o termo interseccionalidade surgiu com o movimento feminista negro, com o propósito de debater o entrelaçamento de diferenças sociais entre o movimento feminista. Pois, na época da primeira onda do feminismo, uma negra escravizada proferiu um discurso sobre a diferenciação no tratamento entre as mulheres (HENNING, 2015):

Aquele homem lá diz que uma mulher precisa se ajudada ao entrar em carruagens, e levantada sobre as valas, e ficar nos melhores lugares onde quer que vá. Ninguém me ajuda em lugar nenhum! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim!

Olhem para o meu braço. Eu arei, eu plantei e eu recolhi tudo para os celeiros. E nenhum homem pode me auxiliar. E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem (...) e suportar o chicote tão bem quanto! E eu não sou uma mulher? Eu dei à luz a crianças e vi a maior parte delas ser vendida como escravas. E quando eu chorei com o sofrimento de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouviu. E eu não sou uma mulher? (BRAH, PHONEX, 2004, p.77).

Para Butler (2003) o entrelaçamento entre as características vai além de raça e cor, pois ser mulher como sujeito do feminismo é problemático, pois o gênero estabelece interseções com diferentes características como: classe, etnia, sexualidade e identidades de gênero. Portanto, é impossível pensar em gênero sem ponderar sobre as interseções políticas e culturais na qual as pessoas daquele grupo estão submetidas.

Nesta perspectiva, o pensamento da interseccionalidade pode ser pensado para as demais minorias de gênero e sexualidade, com, por exemplo, a comunidade pertencente ao acrônimo, sendo ela composta por uma diversidade de pessoas com características próprias. Estas pessoas e suas características estão colhidas na sigla LGBTQIAP+. Entretanto, não se pode pensar que este coletivo, compartilha uma identidade coletiva, como explica Brah (2006):

[...] Enquanto as identidades pessoais sempre se articulam com a experiência coletiva de um grupo, a especificidade da experiência de vida de uma pessoa esboçada nas minúcias diárias de relações sociais vividas produz trajetórias que não simplesmente espelham a experiência do grupo. De maneira semelhante, identidades coletivas não são redutíveis à soma das experiências individuais. (BRAH, pág. 371 – 372, 2006).

Há dentro deste acrônimo, diferentes grupos ligados por características comuns, que se articulam através de suas identidades individuais. Neste sentido, a interseccionalidade, explicada por Brah e Phonix (2004) está exemplificada nas diferentes lutas que estão agregadas no acrônimo.

Exemplo redundante deste pensamento é a exclusão de alguns gêneros e sexualidades no início da sigla e talvez no início do movimento, pois no início dos anos 80 o acrônimo incluía apenas Gays, Lésbicas e Simpatizantes. Ou seja, além de excluir pessoas da comunidade trans e travestis, que estavam presentes nas lutas por direitos desde Stonewall Inn. A sigla incluía simpatizantes, pessoas heterossexuais/cis gêneros que apoiavam a causa. O GLS era uma restrita forma de pensar, pois ser simpatizante ou defensor não é um ato de valor e sim um dever social.

Este tratamento de invisibilidade e falta de reconhecimento, principalmente com mulheres lésbicas e pessoas trans e travestis, as colocando na situação de abjeto, sem valor (BUTLER, 2021). Sendo assim, há uma notória ação da interseccionalidade, pois as características inter-relacionadas de uma pessoa, neste caso ser “mulher/lésbica” ou ser “transgênero/travesti” se tornou um (procurar nome da palavra).

Apenas nos anos 2000, com o acontecimento do XII Encontro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (BORRILLO, 2010), e a representatividade de outros movimentos pertencentes ao acrônimo, a sigla passou a ser GLBT (Gays, Lésbicas,

Bissexuais, Travestis e Transgêneros), infelizmente o protagonismo masculino, neste caso o dos homens gays se encontrava marcado de forma explícita na sigla.

A perspectiva cultural do falocentrismo (BUTTLER, 2021), não está apenas vinculada a comunidade heterossexual e cis gênero, infelizmente ela está inserida na comunidade LGBTQIAPN+, de modo que o ser mulher sofria o processo de apagamento no movimento. Além da invisibilidade interna, havia o processo de machismo, além da fetichização do corpo feminino.

Me fizeram sentir uma aberração. Diziam que ser lésbica não é normal, e sim resultado de criação, influências e/ou bloqueios mentais. Me chamavam no masculino, não me deixavam usar o banheiro feminino e diziam que eu devia ser transexual. Desejaram em redes sociais que eu e minha namorada tivéssemos aids e que eu morresse. Me senti isolada e excluída de todas as possibilidades afetivas, uma pária no ambiente educacional. (depoimento de uma estudante lésbica, 16 anos, Distrito Federal) (AGBGLT; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2016).

Com o pensamento de Butler (2021), sobre estar em um lugar de abjeção e os estudos feministas sobre a interseccionalidade, adentra — se na vivência de pessoas transgênero e travestis, ao sofrerem duplamente pelos processos de exclusão, cultura e social. Pois além do estigma (Brah, 2006) de pertencer à comunidade, elas transpassam as barreiras e dogmas do binário do gênero, rompendo a caixa pela qual foram pré-dispostas culturalmente a pertencer.

[...] Na verdade, o Brasil tem muita transfobia com relação a essa população, porque a sociedade ainda não enxerga a gente como mulheres. Porque a gente precisa mobilizar a sociedade para que enxergue a gente verdadeiramente como cidadãs de fato. Por isso que a gente tem essa dificuldade pra chegar[...] de fato até um trabalho formal. Geralmente os trabalhos que a gente tem é só informal, como cabeleireiras, como esteticistas, e também o trabalho na prostituição. Não que seja um trabalho menor. [...] Só que a gente precisa lutar mais ainda por isso (ALMEIDA, VASCONCELLOS, 2018, p. 311).

Com as lutas femininas pela equidade e conquistas de direitos (figura 6), houve a alteração nas ordens das letras passando o L a frente do G, como uma medida de compensar o falocentrismo ainda inserido na cultura social, sendo assim, a sigla passou a ser LGBT. Utilizando do pensamento de quebra-cabeças e acolhimento a comunidade do acrônimo se tornaram mais acolhedor e representativo com esta mudança.



Figura 6 - Marcha da visibilidade Lésbica - São Paulo, 2006  
Fonte: <https://ponte.org/artigo-visibilidade-lesbica-para-que/>

Em 2021, com as novas formas e pensamentos sobre diversidade de gênero e sexualidade, foram agregadas novas comunidades no acrônimo, a intersexual representada pela letra “I”, a “*Queer*” (termo guarda-chuva para pessoas que destoam do binário masculino/feminino), representados pela letra Q e a comunidade Assexual, um termo guarda-chuva para as várias nuances dentro desta comunidade. Para representar a constate mutação no acrônimo, motivado pelo processo de inclusão, é utilizado o símbolo de acréscimo “+”, sendo assim a sigla passou a ser LGBTQIAP+.

Com o pensamento sobre quebra — cabeça e a vida social, Rolnik (1994) cita sobre o pertencimento e o reconhecimento nos lugares, ampliando este pensamento para o âmbito social, a comunidade LGBTQIAPN+ é como um grande quebra-cabeça, por haver identidades individuais com semelhanças unidos por uma identidade comunitária (BRAH, 2006). Mas este quebra cabeça é formado por camadas que se interseccionam, portanto, uma pessoa pode estar em um ou mais diversidades. E estas sexualidades e gêneros estão representados em uma bandeira (figura 7), símbolo de uma luta por direitos e contra o preconceito.



Figura 7: Bandeira do Orgulho LGBTQIAP+  
Fonte: <https://hornet.com/stories/pt-pt/nova-bandeira/> (edição autor)

### 1.3 Preconceito e intolerância como ferramenta de exclusão

O motivo para as lutas por direitos e contra a violência, está ligada ao preconceito intrínco na sociedade, a LGBTfobia é uma manifestação que incongruente que se baseia em designar o outro como inferior ou anormal. Por seu estigma sexual e de gênero, colocando as margens da sociedade ou da cultura humana (BUTTLER, 2021, BRAH, 2006, BORRILLO, 2010).

Sua origem está ligada com a origem da sociedade moderna e a povos cristãos. Volta-se aos tempos primordiais, os povos judaico-cristãos, após sua libertação do Império Egípcio (figura 8), teve a preocupação com hereditariedade e a preocupação com sua cultura, sendo assim repugna qualquer ato sexual que não fosse reprodutivo (BORRILLO, 2010). “O povo eleito transformará o esperma em um elemento quase sagrado, cuja dissipação era passível da mais firme condenação” (BORRILLO, p.49, 2010). Inibindo e condenando as relações sexuais por prazer, neste sentido, não apenas censurando a comunidade LGBTQIAPN+, mas a sociedade na totalidade, pois as relações sexuais passam a ter uma obrigatoriedade com reprodução e perpetuação da cultura.



Figura 8: Representação bíblica da travessia do mar vermelho

Fonte: <https://www.raciociniocristao.com.br/2014/05/travessia-mar-vermelho-fato-ficcao/> (edição autor)

Em outras culturas como a greco-romana considerava a homossexualidade/sodomia algo natural, entretanto parte dos casais compostos apenas por dois homens continuavam na minoria não aceita. Na Roma Clássica, entretanto, o homem não deveria abandonar seus deveres como cidadão, utilizar pessoas de classes inferiores apenas com objeto sexual e evitar assumir o papel de passivo, ou seja, representar a feminilidade (BORRILLO, p. 45 – 46, 2010).

Nota-se que nessa sociedade ainda é a marcação da heteronormatividade onde o homem, poderia ter relações sexuais com outro, portanto que tenha o ato com mulheres, bem como não assumir ser o passivo na relação, ou seja, manter a virilidade social. Há um apagamento da sexualidade e gênero feminino nas culturas antigas, muito pelo falocentrismo que destinava o papel do outro para o feminino, sem poder de reger suas próprias escolhas (BUTTLER, 2021).

Desde a sociedade greco-romana houve um avanço na sociedade em termos de direitos humanos e de métodos para a resolução dos conflitos intergrupais, neste sentido há um viés de pensamento que o preconceito está no rumo para a resolução. Todavia, mesmo com a vasta transformação social, desde a Declaração dos Direitos

Humanos em 1948, a reprodução do preconceito está presente na sociedade (LIMA, VALA, 2004), além de ser perpetuada na cultura, através da hereditariedade.

Não é justo que um beijo  
Inicie uma guerra  
Que ser diferente  
Torne a vida severa  
Colocam na cruz  
Esses bravos soldados  
Que mesmo torturados  
Se mostram por inteiro  
Essa é a dor  
De tantos que amam [...] (ENOCH, 2019)

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=pWSMtmlsVw>

Infelizmente, com a reprodução do preconceito de forma, força uma naturalização da violência física e psicológica e outras manifestações como a fome, a falta de trabalho, habitação segura, educação e lazer, todas relacionadas às intolerâncias em diferentes ordens (NETO, 2003). Neste cenário é privado da vida LGBTQIAPN+ desfrutar da vida cotidiana das cidades, não se apropriando de espaços ou criando espaços sociais as margens da sociedade, criando a cidade quebra cabeça (ROLNIK, 1994). E cultivando a sociedade quebrada, que falha em proteger vidas, as quais são ceifadas precipitadamente.

### **1.3.1 Tempos sombrios**

As vidas de pessoas LGBTQIAP+ dependem de questões políticas, e a inserção da comunidade nos movimentos políticos, começou no sec. XX com a expansão dos movimentos sociais e as manifestações culturais das minorias, para expressar um anseio na área da política. No Brasil, os movimentos sociais representavam o viés sociocultural e de cidadania em busca da representação das minorias (GOERCH, et.al, 2022).

Os primeiros contatos entre as políticas públicas e o movimento LGBTQIAPN+, foram os vínculos criados em decorrência do fatídico vírus da AIDS, quando os grupos sociais se ligaram com o Ministério da Saúde para combater a pandemia. Após houve a tentativa de implantar as leis na Constituição, entretanto as propostas foram indeferidas (GOERCH, et.al, 2022).

Neste cenário o movimento LGBTQIAPN+ encontra um empecilho na relação com o Estado, pois de um lado temos a comunidade que se identifica como interlocutor político e do outro temos o Estado que se desenvolve como organizadamente, que visa legitimar e atuar em prol dos interesses da massa populacional (GOERCH, et.al, 2022). Sendo assim, o Estado passa a representar o interesse das maiorias. E cabe as minorias articularem de modo a entrar no mundo político, visando a inserção de políticas públicas que representem o movimento e suas lutas.

Mas há desafios em ser um representante da comunidade no Estado, o primeiro deles é se associar a um partido político, que geralmente são dirigidos por homens cis gênero, além do enfoque de grande parte dos partidos são questões matérias, luta de classes e na dominação empresarial, latifundiária e banqueiros (GOERCH, et.al, 2022). Entretanto, este cenário está mudando lentamente, nas eleições de 2022, as pautas de gênero e direitos entraram nas questões partidárias de forma sutil.

As acirradas disputas eleitorais para representar o povo, colocam em xeque a inserção de representantes LGBTQIAPN+ nos cargos políticos, pois os partidos tendem a escolher candidatos com mais probabilidade de vitória e como infelizmente a sociedade é falocêntrica, homens cis gênero tem mais oportunidades de vencer a eleições perante aos destoantes de gênero e sexualidade (GOERCH, et.al, 2022).

Retrato deste favoritismo é visto no golpe de 2016, quando a primeira Presidenta do Brasil Dilma Rousseff foi deposta do cargo. E no ano de 2018, ocorreram as eleições presidenciais e majoritariamente os candidatos eram homens cis gêneros brancos (ESTADÃO, 2018). Culminando na eleição do candidato Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal, sendo de direita, além de um congresso e senados extremamente conservadores, que ocasionou um retrocesso nas políticas públicas para as minorias.

Além do extremismo ser maléfico para os direitos sociais, outro agravante manifestado com as eleições foi o conservadorismo enraizado em preconceitos, que causaram vítimas, no ano foram 420 vidas interrompidas, sendo uma média de 1 morte LGBTQIAP+ a cada 20 horas (GGB,2018). Sendo este um retrato sub contabilizado, pois não há dados oficiais, ao nível de nação, sobre mortes instigadas por LGBTfobia, os únicos dados coletados são pelas ONGS, através de notícias de

jornais. Portanto, há fatalidades do preconceito que estão invisíveis e os assassinos libertos.

Uma das vítimas marcantes deste preconceito na política foi o assassinato da Vereadora Marielle Franco (figura 9), uma mulher, negra e lésbica que marcou o movimento político. Sua morte marca uma estratégia de biopoder, pois o racismo e a homofobia é uma forma de subordinar vidas em prol de uma hegemonia dominante, pois o poder é uma força invisível e que se exerce mediante vínculos (FAUCAULT, 2016; SCHIRMER, DALMOLIN, [s.d]).



Figura 9: Marielle Franco

Fonte: <https://veja.abril.com.br/brasil/marielle-franco-a-quem-interessava-seu-assassinato/> (edição autor)

A Vereadora lutava pelos Direitos Humanos para todas as pessoas, foi eleita pelo povo do Rio de Janeiro com 46.502 votos no ano de 2016, eleita a quinta parlamentar mais votada. Era metra em Administração, com a linha temática em políticas públicas de segurança no Rio de Janeiro por meio das Unidades de Polícia Pacificadora. Se tornou um marco para a representatividade das minorias dentro do Rio de Janeiro, mas infelizmente sua visibilidade aumentou apenas após seu assassinato (SCHURMER, DALMOLIN, [s.d]).

Além dos assassinatos como ato biopolítica, o ambiente de trabalho é hostil para quem se aventura em uma vida política, pois com a prevalência masculina opressora, os divergentes sofrem com a ansiedade e medo de sofrerem ofensas públicas (GOERCH, et.al, 2022), além de ameaças e ataques a parlamentares LGBTQIAPN+ como o caso de Jean Willys em decorrência as constantes ameaças teve que fugir do Brasil para sua proteção.

Para mais, a política sabota não apenas a candidatura de pessoas LGBTQIAP+ ela intervém em legislações já inerentes como o desmonte do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos LGBTQIAPN+, criado em 2001, contava com 30 colegiados e passou a ter 6 (SILVA, 2019). Além dessas intervenções, houve um silenciamento de políticas públicas, os serviços de hospitais públicos para atendimento para cirurgias de pessoas transgêneros, bem como tratamento hormonal não tiveram investimento.

No âmbito político que deveria defender os direitos constitucionais, a sociedade transpassou um ambiente de sombras por 4 anos, com os avanços de pensamentos conservadores e a radicalização da população, incentivada por falas discriminatórias, entre os anos de (2017 e 2019) foram contabilizadas 1.194 (GGB,2020) assassinatos LGBTQIAPN+, esse número aumenta se ampliar para outras minorias.

Neste sentido, há um déficit político para defender os objetivos LGBTQIAP+ e garantir os direitos constitucionais, portanto LGBTQfobia assumiu um papel de carrasco na sociedade, incluindo o poder governamental. O que incentiva as rupturas sociais e as intolerâncias de diferentes graus (NETO, 2003), colocando a pessoa em uma situação de vulnerabilidade.

#### **1.4 Vulnerabilidade social**

Antes de adentrarmos no capítulo, faz uma pequena reflexão sobre a formação da palavra vulnerabilidade, tendo um exercício etimológico se encontra a relação com o latim, “vulnerare”, significa ferir e prejudicar, já “bílis” é suscetível. Tendo essas ligações, o conceito de vulnerabilidade é alguém que necessita de ajuda, estando em estado de perigo ou exposto ao perigo (CARMO, GUIZARDI, 2018). Sendo um estado transitório, ao haver forma de modificar a situação da pessoa.

O tema é estudado não é novo, sendo ele aplicado nas por estudiosos sociais em diferentes disciplinas, tendo essa multiplicidade de conceito e dimensões entre as áreas, podendo ter o enfoque econômico, ambiental, saúde e direitos (MONTEIRO, 2011, p. 31). Em sua pesquisa, Schumann (2014, p. 36 – 40) encontrou 22 conceitos diferentes sobre o assunto. “Ainda que essa temática venha sendo trabalhada ao longo de anos, cabe salientar que ela consiste em um conceito em construção, tendo em vista sua magnitude e complexidade” (MONTEIRO, 2011, p. 31).

Pode-se entender a vulnerabilidade social por múltiplos condicionantes, tendo determinadas condições e circunstâncias, podendo ser minimizadas ou revertidas. Nesse sentido, a mesma pode ser compreendida com a exposição a riscos de diferentes parâmetros, sejam elas econômica, culturais e sociais. Para compreensão da vulnerabilidade parte de dois pressupostos, sendo o primeiro o risco de ser ferido ou prejudicado e o segundo a capacidade de resposta que o grupo social tem a esses desafios sociais (MONTEIRO, 2011, p. 32 – 33).

Partindo desse pressuposto podemos compreender o tema a partir da relação entre o externo e o interno. O primeiro se trata do contexto dessa comunidade, o segundo são características individuais, sendo eles definidos como ativos, esses ativos são um conjunto de condições que implicam na qualidade e quantidade dos recursos internos, partindo de aspectos físicos, financeiros, humanos e sociais. Sendo os físicos ligados meios materiais, os financeiros acesso a crédito, poupança e os ativos humanos sobre o investimento em educação e saúde (MONTEIRO, 2011, p. 34).

“A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade” (MONTEIRO, 2011, p. 34). Considerando esses conceitos, aborda-se uma comunidade vulnerável e invisível aos olhos dos demais, a população em sobrevivências nas ruas.

“Viver no meio da rua não é um problema novo. Se não é tão antigo quanto a própria existência das ruas, da vida urbana, remonta, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo” (BURSZTYN, 2000, p. 19). Nos anos 50 e 60 a desigualdade social aumentou, revelando os “novos pobres” em contraponto ao

apogeu dos “novos-ricos”. No Brasil a desigualdade é maior transformando os antigos pobres em miseráveis. Fazendo com que uma nova população de rua surja, pois não há políticas públicas de reinserção dessas pessoas no mercado de trabalho (BURSZTYN, 2000, p. 23).

O mercado de trabalho na sociedade, infelizmente inserida em um sistema capitalista de produção, torna o trabalho importante na vida das pessoas, bem como nas relações sociais. Com a falta de políticas públicas para a inserção das populações que está em situações de rua ou as pessoas que estão na beira da pobreza, aumenta as possibilidades de tornar uma pessoa vulnerável (BURSZTYN, 2000; GARCIA, SOUZA, 2010). Quando se adentra na relação ambiente de trabalho e gênero, os mesmos preceitos aplicados na vida social estão marcados neste ambiente.

Mesmo o local sendo heterogêneo, por reunir uma diversidade de pessoas, esta realidade impõe a implementação de estratégias que harmonizem este ambiente, de forma que os funcionários convivam de forma pacífica (IRIGARAY, 2013). Mas, infelizmente, estas estratégias são falhas, pois o preconceito ainda é expresso até mesmo nos processos seletivos.

Irigaray (2013) constata que historicamente pessoas pertencentes a comunidade LGBTQIAP+ e mulheres héteros cis gênero, sofrem com pressão e discriminação no ambiente trabalhista. O preconceito pode ir de formas diretas e indireta, a forma direta é quando não há concessão de leis de tolerância zero ao preconceito, ou ao não conceder ao cônjuge o acesso ao plano de saúde. As indiretas são as piadas e comentários ofensivos, a falta de proposta para promoção de cargos e até mesmo a exclusão de candidatos LGBTQIAP+ nas entrevistas de seleção (GARCIA, SOUZA, 2010).

[...] Na verdade, o Brasil tem muita transfobia com relação a essa população, porque a sociedade ainda não enxerga a gente como mulheres. Porque a gente precisa mobilizar a sociedade para que enxergue a gente verdadeiramente como cidadãs de fato. Por isso que a gente tem essa dificuldade pra chegar[...] de fato até um trabalho formal. Geralmente os trabalhos que a gente tem é só informal, como cabeleireiras, como esteticistas, e também o trabalho na prostituição. Não que seja um trabalho menor. [...] Só que a gente precisa lutar mais ainda por isso (ALMEIDA, VASCONCELLOS, 2018, p. 311).

Como estratégias para conquistar a vaga de trabalho ou se manter na empresa muitos funcionários tendem a esconder sua sexualidade e diversidade de gênero, entre os homens gays e as mulheres lésbicas há quem mimetize e assume

característica consideradas heterossexuais, demandando tempo e energia para manter essa identidade virtual. Ainda há possibilidade de as pessoas assumir diferentes modos operantes na empresa a fim de evitar o desrespeito, estas facetas podem ir até a simpatia exagerada ou a de masculinidade toxica (YRIGARY,2013).

Mas para quem não consegue esconder, ou criar uma identidade virtual no ambiente de trabalho, o processo de exclusão é agravado. Pessoas transgênero e travestis que transpassam os padrões binários imposto, acabam não se enquadrando na empresa ou não conseguem ingressar nas mesmas. Os maiores desafios para essas pessoas é a transfobia que está presente de forma disseminada na sociedade, além de estigmas criados sobre o uso do banheiro e vestiários e a baixa evasão escolar involuntária (ALMEIDA, VASCONCELLOS, 2018).

Tratando da sabotagem no mercado de trabalho, ela começa antes mesmo da idade mínima para ingressar, começa nas escolas. Pois mesmo com escolas mais inclusivas que incentivam políticas de inclusão de gênero e sexualidade, ainda há casos de espaços que reproduzem os padrões sociais, tais valores subjugam a figura do outro, os destoantes e as minorias (JUNQUEIRA, 2009). Como o ocorrido na Escola Estadual Aníbal de Freitas, quando um aluno sofreu LGBTfobia de pais e funcionários por propor um trabalho sobre o Mês do Orgulho, sendo que a diretora da instituição ligou para o aluno para dizer que a proposta era absurda (CARVALHO, 2021).

“Ela ligou para o meu irmão e disse para ele que a sugestão era um absurdo e inadequada para a idade dele. Ela ainda disse que se ele não apagasse a mensagem, iria tirá-lo do grupo. Justo agora que, com as aulas online, os grupos são tão importantes. Nunca pensei que uma coordenadora pudesse falar desse jeito com um aluno” (depoimento da irmã) (CARVALHO, 2021).

Quando se trata de LGBTfobia no ambiente escolar, os principais ativos são os próprios colegas, principalmente os meninos. E os atos de agressão em geral são notados em crianças com idade entre 4 e 6 anos, tratando seus colegas que fogem dos padrões heteronormativos com ofensas verbais como apelidos de “bichinhas” e “boiolas” (BELLO, FELIPE, 2009). Nota — se que as crianças em nesta idade ainda não tem uma concepção de gênero e sexualidade formada, mas sim sofrem influência dos ensinamentos machistas impregnados na sociedade e nos núcleos familiares.

Infelizmente os corpos que mais sofrem com tais preconceitos, são os destoantes da hétero cis normatividade, como pessoas transgênero e travestis que

sofrem com tamanho repúdio e violência que muitas vezes não conseguem concluir os estudos (DINIS, 2011). Neste sentido, acabam perdendo espaço na concorrência do mercado de trabalho, pois além dos estigmas empregados no mundo empresarial, há o preconceito no mundo acadêmico.

“Em resumo, o percurso escolar tanto pode marcar o aluno como um incapaz, herança que ele vai levar para o resto da vida e que será acionada como justificativa para explicar por que ele não obteve sucesso, como pode servir como instrumento efetivo para melhoria de vida do aluno, assegurando-lhe possibilidades de superação da exclusão” (SEFFENER, 2009, p. 129).

Com estas problemáticas enfrentada pelas minorias, o Brasil chegou a um dado preocupante segundo o Instituto de Ciências Econômicas Aplicada (IPEA) o país estava com 222mil pessoas em situação de rua (figura) no ano de 2022. Mas em decorrência da pandemia do vírus Sars — CoV — 2 (Covid 19) e as poucas medidas de combate a pandemia, o instituto notou que o crescimento de pessoas nesta situação aumentou em 140% desde o ano de 2012.



Figura 10: Pessoas em situação de rua

Fonte: <https://www.labgis.uerj.br/noticias/ipp-lanca-o-censo-de-populacao-em-situacao-de-rua-2020>

A região que concentra o maior número de pessoas nesta situação pertence ao sul do Brasil, com 81,5% da população gera, além disso, estão concentrados em cidades com mais de 100 mil habitantes (IPEA, 2020). Os dados foram coletados a

partir do Censo<sup>11</sup> e do Censo SUAS<sup>12</sup>, pois não há pesquisa no nível nacional sobre essas pessoas.

Quando se trata da comunidade LGBTQIAP+ em situação de rua a invisibilidade aumenta, pois não há estudos ao nível nacional para mensurar quantas pessoas se encontram nesta situação. Há uma pesquisa já defasada realizada na cidade de São Paulo no ano de 2015, a pesquisa censitária realizada pela Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Estima que entre 5,3 e 8,9% da população que estava em vulnerabilidade naquele ano pertença à comunidade LGBTQIAPN+ sendo que a cidade na época contava com 15.905 pessoa nesta situação (SMADS, 2015). Os dados não foram atualizados e nem ampliados para um nível nacional, pois “há um silenciamento no que tange aos efeitos das relações de gênero entre as pessoas que moram nas ruas, principalmente na literatura brasileira” (CAMPOS, MORRETI-PIRES, 2016, p.7).

Além das lacunas no sistema que torna estas pessoas invisíveis, impossibilitando a implementação de políticas públicas para a melhoria da situação, além do próprio descaso do poder público. Para além, a população em geral os coloca como bichos de espécies distintas, simplesmente passam por estas pessoas prostradas sobre o solo como se não os vissem (NASCIMENTO, 2003). Além da indiferença, existe a cultura do medo, receio e preconceito contra a pessoa na situação de rua, são julgados como vagabundos, perigosos e malcheirosos (MATTOS, FERREIRA, 2004).

Eu me chamo de cheiroso como alguém me chamou  
 Mas pode me chamar do que quiser, Seu Doutor  
 Eu não tenho nome, eu não tenho identidade  
 Eu não tenho nem certeza se eu sou gente de verdade  
 Eu não tenho nada, mas gostaria de ter  
 Aproveita, Seu Doutor, e dá um trocado pra eu comer  
 Que trocado o quê, tem vergonha nessa cara suja, não?  
 Vai trabalhar, ô vagabundo! (PENSADOR, 2000)

Fonte: [https://www.youtube.com/watch?v=5d9V0\\_EkGJw](https://www.youtube.com/watch?v=5d9V0_EkGJw)

Essa repulsa é abordada por Matto e Ferreira (2004), dividindo em visões as pessoas em situação de rua como vagabundo, louca, suja, perigosa e coitadinha. A

---

<sup>11</sup> Censo: pesquisa realizada em todos os municípios do país, para coletar dados sobre a vida dos brasileiros, os dados coletados fornecem definições sobre as políticas públicas a nível nacional, estadual e municipal.

<sup>12</sup> Censo SUAS: processo de monitoramento, tendo como objetivo produzir dados sobre as políticas de assistência social, aperfeiçoas a gestão do Sistema Único de Assistência Social, o Senso é realizado anualmente desde de 2007, por meio de formulários eletrônicos preenchidos pelas Secretarias e Conselhos de Assistência Social.

primeira é que retrata que as pessoas estão nessa situação por não querer trabalhar, entretanto, muitas delas exercem o trabalho informal, mas na sociedade o fato do emprego formal e com carteira assinada legítima como trabalhador e qualquer destoante é tido como vagabundo. A segunda situação retrata essas pessoas com patologias psiquiátricas por haver comparação com um padrão “normal”.

[...] Eu faço assim, tem carreta pra descarregar, tem um caminhão pra descarregar, eu vou lá e descarrego, ah, encheu de papelão o lixo ali, vou lá pego os papelões e vendo [...] geralmente, vendo aqui no galpão atrás do Santa Cruz [...] Comida, a gente já ganha do POP e do albergue e tem a casa da sopa também. Aí é 11:00 hora é a sopa, aí vai no POP e ele te dá o ticket pra você comer no restaurante popular, aí dá pra você sobreviver. (RODRIGUES, 2015, p.26)

Os últimos três condicionamentos que marcam essas pessoas são sujos e perigosos, tendo por pensamento quando nos referimos a uma pessoa que sobrevive nas ruas, associamos um sujeito mal vestido e malcheiroso, quando se faz essa associação estamos nos utilizando de um recurso higienista. A visão sobre essa população como perigosa, advém do estigma associado a elas, de ser um criminoso em potencial. E por fim a visão de coitadinhos, ligados a discursos religiosos, que os veem como dignos de piedade, ou explicam a situação como uma oportunidade para compensar erros cometidos nas vidas passadas (MATTOS, FERREIRA, 2004).

Mas quem realmente são essas pessoas e como sobrevivem as ruas (figura 11), são pessoas que não são assimilados pelo mundo oficial, não lhes sendo, portanto, franqueada a entrada nas residências dos incluídos. Seu mundo restringe-se às ruas e seu trabalho só se dá nas ruas” (BURSZTYN, 2000, p. 43). “Pois são seres humanos destituídos de referenciais afetivos, institucionais e da própria moradia (dotada de diversos significados simbólicos: lar, família, privacidade), sobre os quais se constroem as ideias de sucesso/fracasso” (PIMENTEL, et.al, 2015, p. 44).

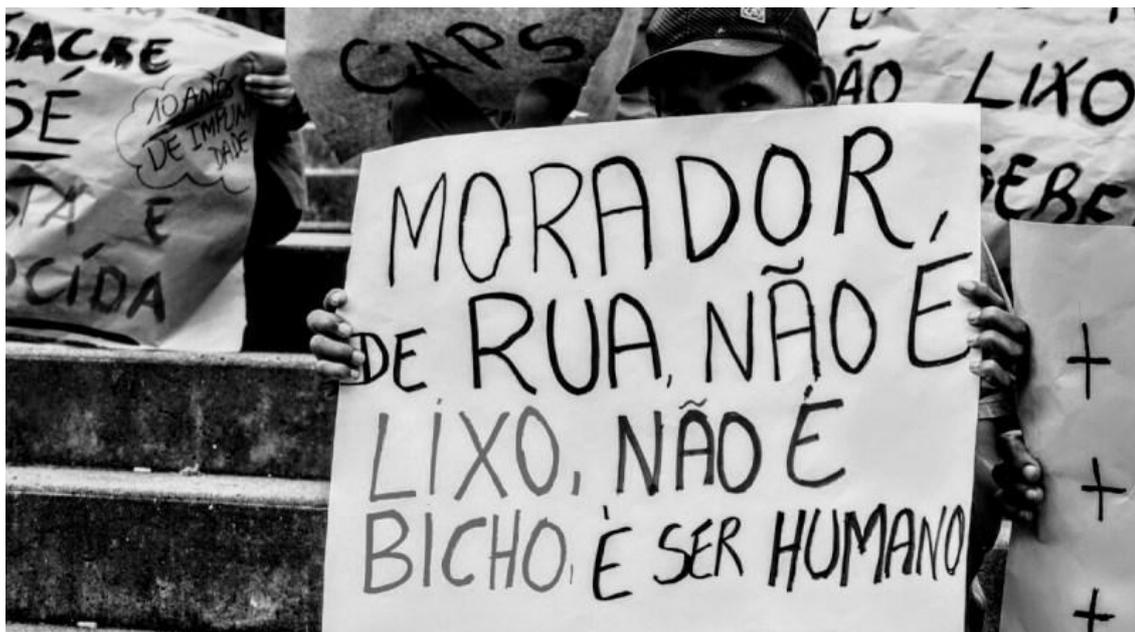


Figura 11: Morador de rua não é lixo

Fonte: <https://cebimg.org.br/2020/10/06/mulheres-em-missao-i-irma-solange-de-fatima-damiao-e-os-as-irmas-aos-em-situacao-de-rua/>

O comportamento da comunidade LGBTQIAP+ nas ruas, segundo pesquisas internacionais, comprovam que a comunidade é composta por um grupo heterogêneo, com subgrupos que vivenciam experiências particulares. Na pesquisa de Shelton et.al (2018, p. 17) identificou diferentes subgrupos, baseados nas questões de cor/raça, gênero/sexualidade, é importante ressaltar esses subgrupos, ao influenciar diretamente na vivência e experiência nas ruas. No cruzamento destes fatores, se vinculam aos conceitos de interseccionalidade (HENNING, 2015), sentido os fatores de características se vinculam aos fatores sociais.

A pesquisa censitária da SMADS demonstra os principais problemas enfrentados por essa comunidade, geralmente ocupam situações mais marginalizadas, mendicância, prostituição, venda de drogas e furtos, em comparação com a mesma comunidade heterossexual. Os estudos internacionais confirmam esses dados e acrescentam problemas psicológicos, suicídio e abuso de substâncias (WHITBECK, et.al, 2004, p.330). A sobrevivência nas ruas para essas pessoas invisíveis proporciona marcas psicológicas e físicas que carregam para vida toda.

Daí depois, no dia a dia, acabei se conhecendo se envolvendo, porque na rua lá aonde que eu trabalhava [como segurança] no centro, tinha o pessoal que andava de carro, e ai me pegava e eu acabei trocando o meu emprego normal, por esse mundo gay, saindo com pessoas no carro" (GARCIA et.al, 2013, p. 1013).

As vivências nas ruas, expõe a doenças como hepatites, HIV/AIDS, principalmente pelo alto índice de práticas sexuais sem o uso de preservativo, a motivação desses atos sexuais provem do que WHITBECK (et.al, 2004) chama de “*sex survival*”, ou sexo por sobrevivência, ou seja, sexo em troca de alimento, proteção, drogas ou dinheiro.

A vida nas ruas expõe a frequentes situações de precariedade da higiene, falta de privacidade e exposição direta às variações climáticas e a busca diária por recursos de sobrevivência (GARCIA et.al, 2013, p. 1009). Além da exposição à LGBTfobia, um agravo importante nessa situação. Essa população geralmente é mais nova, por ser na adolescência que o jovem começa a explorar sua sexualidade e gênero, gerando conflitos familiares, que podem levar à expulsão.

O Brasil registrou, entre os anos de 2015 a 2017, cerca de 17.386 casos de violência contra essa população, tendo como principal motivo a própria vivência nas ruas. Os principais alvos são jovens entre 15 e 24 anos, sendo em sua maior parte pessoas negras, demonstrando casos de racismo, outra grande parte das vítimas são as mulheres (FIGUEIREDO, 2019). Em sua pesquisa sobre o homicídio de moradores de rua em Pimentel et.al (2015, p. 46) fala que a maior dificuldade para determinar um autor é a condição de pessoas em situação de rua que dificultam a apuração desses crimes.

Há dificuldades na definição do perfil das vítimas, pois a grande maioria não porta documentos de identificação, sendo que em muitos casos a identificação foi por meio de caracterização, sem ao menos se preocupar com o nome do indivíduo. Outro empecilho na identificação dos autores desses crimes é a falta de colaboração das famílias, quando é encontrada uma família. Entretanto, quando se trata do período que ocorreram os crimes, a grande maioria foi no período da noite (PIMENTEL, et.al, 2015, p. 48).

“São pessoas que vivem à margem da sociedade e muitas vezes sem vínculos familiares. Essas condições dificultam a compreensão das circunstâncias de sociabilidade dos sujeitos e a composição de linhas de investigação” (PIMENTEL, et.al, 2015, p. 53). Tendo essa debilidade nas investigações, muitos inquéritos são fechados sem um criminoso definido. Essas mortes impunes criam vítimas invisíveis ao sistema (figura 12), sem terem a segurança pública e nem o respaldo policial.



Figura 12: Ataques contra pessoas em situação de rua

Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/08/homens-jogam-gasolina-e-ateiam-fogo-em-morador-de-rua.html> (editado pelo autor)

Além da insegurança, cabe ressaltar qual tipo de cidades estão sendo produzidas para essas pessoas. Pois, a própria produção de cidade pode ser uma forma de agressão, hostilidade contra quem nela habita. O termo correto para este tipo de produção é “Cidade Hostil”, que vem sendo discutida de maneiras mais evidentes com a repercussão das ações do Padre Júlio Lancelotti<sup>13</sup> em viadutos na cidade São Paulo, combatendo ações de hostilidade contra as pessoas em situação de rua.

### 1.5 Cidades hostil aos invisíveis

Esse processo de exclusão não é um estudo recente, a autora Rolnik (1994, p.40) pensa sobre os processos de construção da segregação nas cidades e para ela “é como se a cidade fosse um grande quebra cabeça, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais”. Esse processo

---

<sup>13</sup> Júlio Renato Lancelotti é pedagogo e padre da igreja católica da cidade de São Paulo. É o pároco da igreja São Miguel Arcanjo. Além disso, também é responsável por várias ações sociais em prol de pessoas em situação de rua.

cria a segregação, essa que marca o princípio das favelas, mas esse processo de segregação é atenuado quando tratamos de pessoas em situação de rua, nesse sentido é privado o direito à moradia e a criação de vínculos de pertencimento. Criando assim pessoas com situações transitórias de nomadismo.

E os espaços ocupados para estas pessoas são os renegados, embaixo de viadutos, nas marquises de lojas ou nos bancos das praças. Quando o vulnerável transpassa este espaço e encontra os ambientes das cidades polidas, acabam sofrendo com os sentimentos de não pertencimento, além de não se encaixarem neste ambiente. Uma higienização forçada pelo mal-estar causado nestas pessoas, os forçando a voltarem para as margens da cidade social.

O processo de higienização não é um processo novo, teve seus primeiros pressupostos a partir da Revolução Industrial. Nos séculos XIX e XX as cidades europeias e brasileiras passaram por essas reformas higienistas, no Brasil tal fato sucedeu no apogeu da República, com o desejo utópico de uma cidade bela e saudável (CAVEDINI, PAES, 2019; SOBRINHO 2013, p.210). Sendo assim, esse processo acontece em conjunto com a produção da desigualdade social.

A pobreza que a higienização nega, além de ser associada à feiura, aquilo que é renegado e nojento, também é associada às doenças provocadas pela falta de higiene e insalubridades de suas moradias ou ambientes onde sobrevivem. Além disso, eles representam uma ameaça à moralidade da sociedade burguesa (SOBRINHO, 2013, p. 213). O autor pontua sobre a representação dos cortiços como uma ameaça à ordem burguesa, do pensamento de uma cidade limpa e livre das imundices, nesse mesmo pensamento se inclui as pessoas em situação de rua, que em um olhar burguês infectam os centros urbanos.

Esses são os moldes adotados nas grandes cidades europeias, como Paris, que passou pelo processo de reforma com a integração dos grandes bulevares, com um ideal de modernidade, pensada para as elites (SOBRINHO, 2013, p.217), restringindo as classes trabalhadoras para as margens da urbe, com pouco acesso ao espetáculo apresentado nos centros. As classes trabalhadoras que mantêm a vida na cidade industrial eram negadas ao acesso da cidade que produziam.

O Brasil teve como inspiração os modelos de urbanização europeus, mas com moldes precários de urbanizar as cidades, nesses moldes foram negadas a pobreza

como parte constituinte das cidades, os pobres são rejeitados às margens do perímetro dos centros (SOBRNHO, 2013, p.226). Esse processo ainda acontece desta mesma maneira, onde os pobres são negados para habitar a urbe e quando o fazem são em favelas com precariedades (figura 13), negados das estruturas mínimas para a sobrevivência ou tem a rua como sua “moradia”, local insalubre.



Figura 13: Desigualdade social a segregação da cidade

Fonte: <https://notaterapia.com.br/2020/12/29/fotografo-registra-a-desigualdade-brasileira-vista-do-alto-em-imagens-impressionantes/> (editado pelo autor)

Mas quem regula, o que deve ser colado às margens ou nos centros urbanos, essa regulação é marcada pelo capital, quem tem o privilégio de ter um capital de dinheiro alto, ocupa um grande arranha-céus, grandes apartamentos que são bolhas de um mundo utópico, como cita Calvino ([s.d]) sobre a cidade de Zemrude, sobre que a olha por cima, ou seja, da bolha social vê uma cidade bela, quem a olha sobre a realidade de muitos têm aos olhos os lixos e dejetos.

Além do capital, o estado está em constantemente intervindo nas cidades, produzindo e gerindo a segregação (ROLNIK, 1994, p.53) nesse caso além desses agravantes o estado com critérios turvos sobre a regulação e ordem nas cidades (figura 14), propõe o embelezamento dos centros urbanos, com isso implantou a higienização das cidades.



Figura 14: Cidade quebra cabeças

Fonte: <http://desacato.info/ricos-do-morumbi-querem-erguer-muro-na-divisa-com-o-novo-parque-paraisopolis/> (editado pelo autor)

Demonstrando a transformação de uma política social que abandonou a meta de reintegrar essas pessoas e passou a se preocupar em supervisionar suas vidas, para que não atrapalhem ou tornem inseguros a paisagem urbana. A reinserção ficou em segundo plano, a grande preocupação é com uma paisagem limpa e protegida (COSTA, 2007, p. 227). Ou seja, a política que era para ser comunitária passou a ser elitista.

O pobre se endireita  
 Esquerda de direita  
 E direita maldita  
 Mal da seleção  
 Dizem que os pobres não podem ter colchão  
 Grita na TV “vão tudo dormir no chão”  
 E comer ração  
 Bem tipo cachorro (HIRAN, 2018)

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=inu0iteCtcA>

Um dos maiores exemplos de como a política está propensa apenas a pensar direitos para hegemonia branca de classe média e alta, sem ao mínimo olhar para os menos abastados, ou ver eles como indigentes. É o ocorrido na cidade de São Paulo /SP, quando a prefeitura ordenou a colocação de barreira sob os viadutos (figura 15),

impedindo as pessoas em situação de rua de se apropriarem do local, na busca por abrigo das intempéries, afastando assim o que deixa a cidade “feia”.



Figura 15: Processo de higienização dos viadutos em São Paulo

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/02/para-evitar-moradores-de-rua-prefeitura-instala-pedras-sob-viadutos-na-zona-leste-de-sp.shtml> (editado pelo autor)

Para além, o processo de higienização esconde muito mais que a desigualdade social, ela esconde a diversidade de gênero, os destoantes. Aqueles corpos e gêneros para os quais as cidades não foram produzidas, nesta produção de cidade para a “normalidade” produz os espaços de normalidade para homens, brancos, cis gêneros e acima da linha da pobreza. Segregando os anormais, além de serem violentas com estas pessoas (BORGHI, 2015) que desviam dos padrões de gênero e sexualidade.

Neste sentido, adentra-se nas cidades invisíveis e cidades armários, ambas interligadas pelas vivências e pela produção do abjeto. A cidade armário<sup>14</sup> é sinônimo de espaços abjetos, aqueles que devem ser ocultados dos corpos produzidos pela matriz heterossexual, que mantêm o abjeto fora do seu campo de visão (figura 16) (TEXEIRA, 2013, p.56). Esse sentido se aplica em dois aspectos de abjeção, o corpo

---

<sup>14</sup> “Cidade Armário, ou seja, a ocultação da identidade de gênero e orientação sexual é estendida ao ambiente público” (MELLO, PIRES, 2018).

LGBTQIAPN+ e a pessoa em situação de rua, pois a produção da abjeção está ligada àquela porção social que deve ser escondida, se torna invisível.



Figura 16: Invisibilidade de pessoas em situação de rua

Fonte: <https://imagens.usp.br/editorias/pessoas-categorias/cenas-da-cidade/attachment/mendigo-ou-morador-de-rua-na-praca-da-se-2/> (editado pelo autor)

Nessa relação entre as cidades invisíveis e cidades armários que sobrevivem aqueles ao qual foi imposta a dupla vulnerabilidade, pessoas abjetas renegadas à rua. Netas cidades sem ligações, sem vínculos, submetidos a olhar as cidades por baixo, olhando a sujeira e o esgoto. Julgadas pelos olhos de supostos “superiores”, que os intitulam como inferiores merecedores de repulsa ou marginais que deveriam ser presos.

É o humor de quem a olha que da forma a cidade de Zemrude. Quem passa assobiando, com o nariz empinado devido ao assobio, conhece — a de baixo para cima: parapeitos, cortinas ao vento, esguichos. Quem caminha com o queixo no peito, com as unhas fincadas nas palmas das mãos, cravará os olhos na altura do chão, dos córregos, das fossas, das redes de pesca, da papelada (CALVINO, [s.d], p. 29).

Esta desigualdade aflora quando há uma grande catástrofe mundialmente, aonde a segregação das cidades e a desigualdade social se faz presente de maneira visível no cotidiano das cidades sociais, como os acontecimentos da pandemia do

Covid 19, que afetaram significativamente as pessoas que se encontravam em situação de rua.

### **1.5.1 As ruas e a pandemia**

A pandemia do Covid 19 teve sua disseminação ao nível mundial, no Brasil os primeiros casos registrados foram em fevereiro de 2020. Logo se alastrando pelo país, as consequências foram eminentes para a saúde da população. As formas de combate ao alastramento do vírus foram as medidas de isolamento social, tais medidas descortinam a desigualdade social enfrentada pela nação, mostrando a vulnerabilidade dos menos abastados, em específico as pessoas que sobrevivem em favelas e em situação de rua.

A quarentena é discriminatória, afetando alguns grupos sociais de maneira moderada e sendo impossíveis para os vulneráveis. Sendo este o grupo predominante, essa diferença é propícia graças a grande concentração de renda que possibilita que uma minoria rica enfrente o isolamento de modo confortável, e as pessoas vulneráveis ou com pouca renda não consigam realizar o isolamento (SANTOS, 2020, p.15).

Neste sentido, a população em situação de rua é negada ao isolamento social ou a quarentena (figura 17), pois a rua é seu “lar”. Os residentes das ruas que eram invisíveis a multidão da urbe, se tornam visíveis com as cidades desertas, mesmo com as orientações para o isolamento esse grupo social não alcança e nem tem estratégias para seguir essa orientação (PAULA, et.al, 2020, p. 3).



Figura 17: Desigualdade social durante a pandemia

Fonte: <https://projetocolabora.com.br/ods10/com-mais-mulheres-e-criancas-populacao-em-situacao-de-rua-aumenta-no-rio-de-janeiro-apos-covid-19/> (editado pelo autor)

O problema mais extenso que o isolamento social trouxe, foi a falta de sustento, pois muitas pessoas nesta situação sobrevivem via coleta de resíduos recicláveis, prostituição e comercialização de produtos (doces e outros produtos de menor valor). Com o decreto do isolamento social o fechamento do comércio e o esvaziamento das ruas, sendo assim reduziu as doações e os trabalhos que sustentavam essas pessoas, impondo a essas pessoas a falta de comida, bem como o acesso de higiene básica, antes oferecida por comerciantes (PAULA et.al, 2020).

A falta de produtos de higiene e proteção foi outro condicionante para estas pessoas durante a pandemia, pois a elas não era facilitado o acesso a equipamentos de proteção contra o vírus, como máscara, álcool em gel e higiene pessoal, sendo assim essas pessoas são vulneráveis à exposição, as tornando possíveis transmissores.

Neste sentido, com a necessidade de atender e suprir essa população das necessidades básicas para sobreviverem aos malefícios da pandemia, algumas ONGs, tiveram a iniciativa de distribuir mantimentos e produtos de proteção básica para o enfrentamento da pandemia de Covid-19. Como é o caso da ONG Somos e a Associação de Transexuais e Travestis Igualdade, que distribuíram cestas básicas

para travestis e pessoas trans em situação de rua, durante o período de isolamento social (UFRGS, [s.d]). Para além das contribuições durante o período da pandemia, muitas ONGs contam com o serviço de acolhimento para pessoas LGBTQIAP+ que estão sobrevivendo nas ruas, ofertando um lar e uma rede de apoio para essas pessoas.

## 1.6 Além do Arco-íris existe um lugar?

Dê abraços acolhedores sempre.  
Só quem já acolheu uma criança pequena no colo  
E sentiu dela um relaxamento de confiança,  
de entrega  
Sabe o que é acolher.  
Para acolher é necessário  
Estar pronto a receber,  
E não é fácil...  
Poque a troca de energia  
É via de mão dupla: vai e volta.  
Quem vai em busca do acolhimento  
Procura: calor, segurança, aconchego, entrega  
Chega em busca de um abraço, um colo (LIMA, 2019).  
Fonte:<https://www.poesiagalvaneana.com.br/2019/10/acolher-claudia-lima.html>

O acolher vai além de pensar no outro, é criar um refúgio, um refúgio para alguém que o procura, é uma partilha de energia, é estar pronto para receber o outro com suas dores e dificuldades. Os centros de acolhimento para a comunidade LGBTQIAPN+ fazem esse papel, de acolher essas pessoas traumatizadas pela vida nas ruas das cidades.

O sentido de acolher pode ser interpretado de muitas formas e em diferentes áreas, na área de arquitetura, o acolhimento pode ser o pensar a partir do outro, o incluir, dar espaço e passagem para a chegada do próximo (FUÃO, 2014). Neste sentido, a arquitetura do acolhimento é pensar o espaço para ser acolhedor e seguro para o próximo, um abrigo que protege, proporcionando a criação de conexões afetivas com o espaço.

Neste sentido, pode-se interpretar este local de acolhimento como um abrigo, um espaço construído, local geográfico para ofertar proteção das intemperes externas. O ser humano busca por este local instintivamente, sendo um exemplo o uso das cavernas como forma de proteção da diversidade do clima e das ameaças externas (figura 18).



Figura 18: Abrigo nas cavernas

Fonte: <https://zonacuriosa.com/os-homens-das-cavernas-realmente-existiram/> (editado pelo autor)

Os abrigos sofreram transformações acompanhando o passo da evolução humana, sendo assim as antigas cavernas se transformaram em casas ou em um sentido mais acolhedor lares que além de proteção das intemperes, fornecem acolhimento.

Mas infelizmente este privilégio não contempla todas as pessoas, no ano de 2022 o índice de pessoas em situação de rua cresceu 38%, chegando ao número exorbitante de 281.472 pessoas (IPEA, 2022). Não há uma perspectiva de quantos por cento desta população pertence à comunidade LGBTQIAP+, uma grande lacuna nas pesquisas censitárias.

Além dos agravantes da invisibilidade, as pessoas da comunidade sofrem com a falta de acolhida em Albergues e casas de passagem, pois esses locais ofertam geralmente a pernoite e as refeições básicas durante o dia, são considerados de curta

permanência, não proporcionando um cuidado socioassistencial (SALGADO, 2011, p.119).

Outra grande dificuldade é a permanência consecutiva nestes locais, pois as vagas são escassas e lotam muito cedo, além de haver outros impeditivos para preencher as vagas, como a não adequação as regras de pontualidade, higiene pessoal e questões como gênero e sexualidade (SALGADO, 2019). A falta de vagas e preconceito, revela uma carência de número de vagas perante a quantidade de pessoas nesta situação, obrigando a pessoa buscar o próximo albergue ou voltar para as ruas.

Além da problemática de voltar a pernoitar nas ruas, há uma falta de amparo psicológico para as pessoas. Muitos albergues contam com atendimento psicossocial, entretanto para muitos esses serviços não é oferecido, por conseguirem vagas apenas para um pernoite (SALGADO, 2019). Para as pessoas pertencentes ao acrônimo que buscam estes locais, o atendimento psicológico é primordial, pois seus traumas e situações são agravadas pelo fenômeno da interseccionalidade.

A interseccionalidade nos ambientes de albergues é nítido quando se trata da inserção de pessoas transgênero e travestis, como revela Fernanda (2019) em sua pesquisa, demonstrando as dificuldades destas pessoas no uso dos banheiros em albergues, além da invasão de alguns homens héteros nos banheiros em busca de relações sexuais. Além disso, há uma dificuldade na permanência nestes locais, pois ser LGBTQIAP+ dentro destes ambientes traz dificuldades causadas pelo preconceito.

[...] Para nós, travestis, o banheiro é difícil, porque não dá para usar o banheiro das mulheres nem dos homens, aí tem os banheiros das gays e travestis, mas que os homens invadem, porque nosso banheiro é quente e o deles é morno. Aí eles, sem respeito, sem educação, invadem o nosso banheiro (SALGADO, 2019, p.118).

Mesmo em um albergue que era referência no atendimento a comunidade, havia situações no mínimo constrangedoras para pessoas pertencentes ao acrônimo. Como o relato de uma entrevista, aonde um homem abusou de uma mulher lésbica, por ela estar com traço considerados femininos. Para reforçar sua masculinidade, ele fez os atos na frente da namorada dela (SALGADO, 2019). Em outra pesquisa é relatado que pessoas LGBTQIAPN+ dividem os dormitórios com pessoas cis gêneros e heterossexuais, o que pode ocasionar discriminação, assédio e violência (MACCIO,

FERGSON, 2016). Estes atos reforçam a não criação de vínculos de pertencimento com local, pelas pessoas do acrônimo.

Há diversas dificuldades enfrentadas pela comunidade do acrônimo em conseguir vagas nos albergues, além de conseguir uma permanência nos locais, forçando-os a retornar a vida nômade das ruas. Mesmo locais de referência em atendimento LGBTQIAPN+ (cabe ressaltar que não são especializados para atender estas pessoas) não sabem lidar com situações comuns para a vivência destas pessoas. Sendo assim, se faz necessário locais especializados no atendimento do acrônimo e sua acolhida.

No exterior há uma maior abrangência neste serviço de acolhimento especializado em pessoas da comunidade, contando com casas de passagens, casa de permanência para idosos em situação de abandono, além da oferta do atendimento psicossocial para os seus moradores. Os serviços prestados segundo a pesquisa de Elaine e Kristin (2016) são divididos em: dormitórios de curta permanência, suporte há vida, programas educacionais, cursos qualificantes, serviços de afirmação LGBTQIAPN+, inserção a cultura e serviço de advocacia.

No Brasil o tema é recente, apenas em 2016 foi implantando através da iniciativa de Iran Giusti, notando os altos índices de pessoas da comunidade em situação de rua e a demanda por espaços especializados no acolhimento, foi criado em 2016 o primeiro Centro de Acolhimento para pessoas do acrônimo, na cidade de São Paulo (DUARTE, CYMBALISTA, 2018).

Como a “Casa 1” se consolidou na cidade e se tornou referência para impulsionar a implantação de outros centros de acolhimentos para a população do acrônimo pelo Brasil. Quando se trata dos serviços disponíveis nesses locais, não há um padrão ou uma fórmula. Portanto, os programas de necessidades são variáveis e adaptativos conforme a disponibilidade de espaços, pois em sua grande maioria sua implantação está locada em uma edificação já existente, em que seu uso era outro.

Nesta relação de utilizar edificações já existentes, adentra — se em outra problemática, quando o espaço limita a capacidade de acolhimento. Como é o caso e alguns centros de acolhimento que precisam ocupar mais de uma edificação para expandir seu programa, sendo assim sua implantação é espalhada pela cidade, como

na “Casa 1”, que ocupa três edificações, dividindo-se entre acolhimento, clínica social e centro cultural.

Um problema grave enfrentado pela Casa Nem (figura 19) da cidade do Rio de Janeiro, foi o aviso de despejo em um momento inoportuno, durante os picos do isolamento social em decorrência da pandemia de Covid-19. A Casa Nem ocupava uma edificação de 1920 que estava sem uso social, o local acolhia 52 pessoas na época, além de prestar assistência para outras 120 pessoas que estavam em situação de rua (SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO DE JANEIRO, [s.d]).



Figura 19 - Casa Nem

Fonte: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/apos-cinco-anos-casa-nem-ganha-endereco-definitivo>

Além das investidas governamentais contra sua consolidação na edificação, a vizinhança fazia oposição ao centro, entrando com ações de reintegração de posse com alegações de depredações da edificação e má conservação (SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO DE JANEIRO, [s.d]). Os problemas enfrentados com a vizinhança e com um poder público são questões enfrentadas por estes espaços, principalmente durante o período de pandemia.

Um dos principais empecilhos para a consolidação dos centros de acolhimentos existentes e implantação de novos é a falta de capital, concretizar o local e manter os atendimentos, ao haver uma escassez de políticas públicas para auxiliar estas iniciativas. Muitos destes locais contam com arrecadações coletivas e parcerias com marcas. Algumas marcas<sup>15</sup> na busca pela visibilidade LGBTQIAPN+ nos meses de junho organizaram campanhas publicitárias temáticas em apoio as ONGS. A Casa1 conseguiu um donativo de 180.000 reais de duas empresas (figura 20) (DUARTE, CYMBALISTA, 2021), mas estes patrocínios são privilégios, alguns centros de acolhimento não têm esta visibilidade, portanto não conseguem donativos das grandes marcas.



Figura 20: Campanha de marketing para arrecadação de fundos para a Casa1  
Fonte: <https://razoesparaacreditar.com/doritos-rainbow-casa-1/>

Outro problema é a falta de visibilidade dada ao tema, pois não há dados sobre a população LGBTQIAPN+ em situação de rua e muito menos uma divulgação maciça sobre os centros de acolhimentos, apenas alguns furam a bolha da comunidade e recebem alguma visibilidade. Mas em relação às pesquisas sobre a arquitetura desses locais as pesquisas ficam escassas, em uma pesquisa bibliográfica foram encontrados 34 artigos produzidos no Brasil, entretanto a grande maioria estava integrado nas áreas da saúde (DUARTE, OLIVEIRA, DOMINGOS, CYMBALISTA, 2020). As lacunas de pesquisa prejudicam os estudos relacionados a temática e seu desenvolvimento.

---

<sup>15</sup> Por estratégia de marketing algumas marcas se utilizam do mês de junho para se utilizar da causa LGBTQIAPN+ de forma lucrativa através do *Pink Money* ou em tradução livre dinheiro rosa. Ou seja, o poder aquisitivo das pessoas pertencentes ao acrônimo. Neste sentido, inserem no mercado produtos e propaganda com slogan LGBTfriendly para atrair o público. Entretanto, muitas empresas apenas se utilizam do slogan e não se mobilizam ou colaboram para causas ligada a comunidade e seus interesses.

## 1.7 Relação entre a produção de pesquisas e os centros de acolhimento

Na relação da produção de pesquisas sobre a temática centro de acolhimento e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ há uma escassez de dados, mas a produção aumentou nos últimos 5 anos (DUARTE, OLIVEIRA, DOMINGOS, CYMBALISTA, 2020). Este dado mostra que a visibilidade sobre as discussões de gênero e sexualidade evoluíram nesses anos, trazendo temas e problemáticas enfrentadas pela comunidade duplamente vulnerável.

A maior difusão da pesquisa se encontra em países desenvolvidos como Estados Unidos, Canada e o Reino Unido. Mas a contribuição da América Latina foi significativa, contando com 26 artigos sobre a temática (DUARTE, OLIVEIRA, DOMINGOS, CYMBALISTA, 2020). Cabe ressaltar que estes dados foram coletados em 2020, há uma perspectiva no aumento da produção em decorrência do enfrentamento da pandemia.

Há maiores produções se encontram fora do Brasil, ao incluir as palavras-chave “*homeless*” (figura 21) os números aumentam (DUARTE, OLIVEIRA, DOMINGOS, CYMBALISTA, 2020). As produções dos próprios centros de acolhimentos em ambiente internacional são maiores e mais consolidadas, abrangendo até mesmos nichos que no Brasil não foram abordados, como os centros de acolhimentos permanentes para idosos da comunidade (MACCIO, FERGUSON, 2016).

Conectores	Palavras-chave		Artigos encontrados			
			SciELO	Scopus	Web of Science	Total
	LGBT	Sem filtro	50	222	1990	2262
OR	LGBTQ					
OR	LGBTI					
AND	Housing	Com filtro	0	156	1080	1236
OR	Homeless					
OR	Moradia	Seleção	0	14	15	<b>29</b>

Figura 21: Levantamento de bases dados

Fonte: DUARTE, OLIVEIRA, DOMINGOS, CYMBALISTA, 2020

Com a pouca produção de pesquisas envolvendo a arquitetura destes locais, por ser uma temática recente, dificulta a base teórica para novas produções, mesmo com a disponibilidade dos métodos de Avaliação Pós-Ocupação (ROMERO, ORNSTEIN,

2003) para a avaliar os ambientes construídos. No próximo capítulo é exposto às metodologias escolhidas e aplicadas para esta pesquisa.

### Capítulo 3 – Metodologia

Neste capítulo serão abordadas as metodologias aplicadas para o desenvolvimento da pesquisa, as estratégias de coletas de dados e após a apresentação dos estudos de caso. Assim, introduzindo o leitor a este novo mundo, onde o acolhimento é objetivo.

Visando compreender as interações entre o ambiente construído e os usuários, a pesquisa se utiliza dos preceitos da Percepção Ambiental, com um embasamento nos métodos utilizados para a aplicação da A.P.O, investigando as relações e desenvolvimento dos espaços através da interação com o usuário.

As estratégias adotadas para o seu desenvolvimento é o estudo de caso, a escolha do estudo de caso se baseia na aproximação entre o objetivo da pesquisa e objeto estudado. Há três condições para a aplicação do estudo de caso, sendo elas: no tipo de questão de pesquisa proposto, na extensão de controle que o pesquisador tem sobre os comportamentos efetivos e o grau de enfoque em acontecimento histórico em oposição a acontecimentos contemporâneos (YIN, 2004). Segundo o autor, as pesquisas com esta estratégia levantam questões de como? E por quê? Para obtenção de respostas.

Neste sentido, a pesquisa conta com um caráter exploratório e tem uma tipologia flexível e maior contato com o problema de pesquisa (GIL, 2002). Além de se utilizar de métodos de aproximação com o entrevistado, para seu desenvolvimento são tipicamente utilizados levantamentos bibliográficos e métodos como as entrevistas. Para alcançar o objetivo será utilizado os multimétodos, sendo ele composto por uma série ferramentas, neste caso duas delas foram selecionadas: análise de dados secundários e entrevistas semiestruturadas.

O primeiro método é a análise de dados secundários, composto por dados disponibilizado por terceiros, com múltiplos enfoques em um comparativo com os dados estudados para a pesquisa (COOPER, SCHINDLER, 2011). Os dados analisados são oriundos de fontes diversas como: jornais, revistas, entrevistas para veículos de telecomunicação e vídeos.

A outra metodologia de pesquisa será aplicada a entrevista semiestruturada. Sendo ela um encontro para obter informações sobre determinado assunto. Ela tem seu propósito a investigação de problemas sociais (MARCONI, LAKATOS, 2002).

Para a aplicação metodológica foram escolhidos dois estudos de casos por critérios definidos pelo autor, o primeiro deles está localizado na cidade de São Paulo/SP e o segundo localizado na cidade de Caxias do Sul/RS, a escolha por localizações diferentes tem relação com as diferenças culturais e climáticas que atuam nestes dois espaços.

### **3.1 Escolha dos estudos de caso**

Os estudos de caso se basearam em alguns critérios, como consolidação, diferença climática, diferenças culturais e número de pesquisas aplicadas nestes locais. Os dois projetos apresentam diferenças nas áreas selecionadas para os critérios, portanto agregando na construção de conhecimento amplo sobre os Centros de Acolhimento LGBTQIAPN+.

O primeiro estudo de caso é a “Casa 1” (figura 22), localizada na cidade de São Paulo/SP. Ela é referência nacional no acolhimento de jovens da comunidade por ser pioneira e ter um programa elaborado para a reinserção das pessoas em situação de vulnerabilidade na sociedade, sendo um projeto emancipador.

Figura 22: “Casa 1”  
Fonte: <https://www.casaum.org>